

**São José o
coordenador
do nascimento
de Jesus e ministro
da salvação**

Pe. José Antonio Bertolin, OSJ

Pe. José Antonio Bertolin, OSJ

São José o coordenador
do nascimento
de Jesus
e ministro da salvação

Revisão: Profª Leonice Aparecida Bertolin
Diagramação: Lenira Rufino

Produção
Centro de Espiritualidade Josefino-Marelliana
Rua Arthur Bernardes, 600
86.808-060 – Apucarana - PR

2021

APRESENTAÇÃO

Talvez alguém possa pensar que o título dado a esse pequeno trabalho que visa proporcionar um pouco mais de conhecimento sobre São José, possa ser desproporcional à pessoa humilde do carpinteiro de Nazaré; contudo, um dos grandes luminares da teologia chamado Orígenes, falecido em 225, ressaltou a sua especial participação no mistério de nossa redenção atribuindo-lhe a missão de “*coordenador do nascimento do Senhor*”. O mesmo título foi fortalecido, depois de tantos séculos, por São João Paulo II, tendo em vista que ele foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus mediante o exercício da sua paternidade e por isso, São José é aquele que Deus escolheu para ser o “*coordenador do nascimento do Senhor*”. Já a expressão “*ministro da salvação*”, vem tirada do mais completo documento josefino apresentado à Igreja pelo seu magistério, a Exortação Apostólica Redemptoris Custos, em vista de que São José participou como ninguém, com exceção de sua esposa Maria, dos mistérios da vida de Cristo. Por isso, o título dado nesse opúsculo é mais que justificado.

Esclarecido isso, devo fazer outra observação: o que me moveu a organizar essas páginas focando a

peessoa e a missão de São José? Claro que foi o amor que tenho por ele e a vontade de torná-lo mais conhecido. Mas houve também outro motivo: a obrigação de responder ao desejo de um dos maiores josefólogos das últimas quatro décadas, Pe. Tarcísio Stramare, religioso da minha Congregação, que infelizmente morreu no início desse ano, vítima da Covid, ou seja, da doença do coronavírus. Participei com ele de alguns Congressos internacionais sobre São José, dos quais ele foi um dos idealizadores e responsáveis; foi o fundador do Movimento Josefino de Roma; li praticamente todos os seus livros sobre São José. Por fim, ele participou de dois Congressos Teológico-Pastoral de São José promovido pelo Centro de Espiritualidade Josefino-Marelliana do Brasil. Enfim, dedicou grande parte de sua vida escrevendo e divulgando o conhecimento da Teologia josefina. O pedido que ele me fez foi de servir-me de seus estudos para tornar São José mais conhecido. Por isso, as páginas que seguem têm muito de Pe. Stramare e as dedico em homenagem a ele.

Solenidade de Santa Maria, Mãe de Deus - 2021

Pe. José Antonio Bertolin, OSJ

INTRODUÇÃO

A Exortação apostólica “Redemptoris Custos” do Papa João Paulo II honra sumamente São José afirmando expressamente que *“juntamente com Maria, José é o primeiro depositário”*¹. Este *“mistério oculto desde os séculos em Deus criador de todas as coisas”* (Ef 3,9), não é somente a manifestação de verdades sobrenaturais acerca de Deus e do homem, mas é Jesus, o Filho de Deus, como *“autorrevelação de Deus”*, que *“nasceu de mulher”*(Gl 4,4), ou seja, de Maria e foi educado, alimentado, protegido e amado por José e tornou-se um de nós comunicando-nos a adoção de filhos e a nossa participação da natureza divina.

Para que tudo isso acontecesse, foi preciso a inserção do eterno no tempo, ou seja, na história humana, por meio de uma sucessão de acontecimentos até quando o Verbo de Deus se encarnou *“na plenitude do tempo”* e a autorrevelação de Deus alcançou a sua fase culminante, a qual foi preparada cuidadosamente ao longo dos séculos, inserindo-se como parte integrante de uma longa história, denominada a *“História Sagrada”*.

¹ RC 5

Dessa fase culminante Deus se serviu de duas pessoas queridas em seu coração: de Maria, a Virgem de Nazaré, para ser a Mãe de seu Filho Salvador e de José, para ser o esposo dessa Mãe Santíssima e pai de seu Filho aqui na terra. Ao referenciarmos José nesse projeto de Deus, dizemos que ele foi o *“ministro da salvação”*, expressão contida na Exortação Apostólica Redemptoris Custos do Papa João Paulo II, o qual escreveu: *“São José foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus, mediante o exercício da sua paternidade: desse modo, precisamente, ele coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos, e é verdadeiramente ministro da salvação”*².

A palavra *“salvação”* contida nessa afirmação do Papa está em referência a Jesus, o Salvador, e, portanto, em conexão com missão paternal de José a qual ele a desempenhou totalmente, e com exceção na geração de Jesus, ele assumiu todas as responsabilidades de sua paternidade sobre Jesus, acolhendo-o, educando-o, protegendo-o e alimentando-o, ou como dizia Orígenes: *“José dedicou-lhe o serviço (ministerium) e o amor (affectus), e é por este seu fiel serviço que a Escritura lhe concedeu o nome de pai”*³.

² Rc 8

³ Orígenes, In Leviticum homilia, 12,4:PG 12,539

Sim, Deus concedeu-lhe o nome de pai, embora João Paulo II tenha dado a ele o denominativo “*Redemptoris Custos*” (Guarda do Redentor) e não “*Pater Dei*”(Pai de Deus) ou “*Pater Verbi*” (Pai do Verbo), não que isso fosse impreciso, mas o Papa preferiu optar pelo título “*Redemptoris Custos*” para ressaltar a sua missão e também para não impressionar os simples fiéis; por isso, recorreu a uma expressão mais familiar e já presente no Breviário da Liturgia das Horas usado na França antes do ano de 1569; expressão esta bastante difundida na piedade popular⁴.

A “*Redemptoris Custos*” considera a paternidade de São José como um serviço do qual a fragilidade da humanidade de Jesus tinha necessidade. Não menos profunda é a afirmação de João Crisóstomo ao dizer que toda a economia da salvação Deus a colocou nas mãos de São José⁵, pensamento completado pela “*Redemptoris Custos*” com estas palavras: “*José é*

⁴ *Pe Stramare deu ainda outra explicação para a escolha desse título pelo Papa afirmando que na escolha fundamental do magistério de João Paulo II está o tema da Redenção que é o projeto de Deus em favor da humanidade e a demonstração do amor de Deus pela sua imagem assumida pelo seu próprio Filho na encarnação. Todos devem participar deste projeto denominado “economia de salvação”. Além do mais, o Papa endereça a sua Exortação para toda a Igreja, ou seja, para os bispos, sacerdotes, diáconos, religiosos, religiosas e todos os fiéis.*

⁵ *João Crisóstomo, In Matthaeum homilia, 5,3:PG 57,57.*

aquele que Deus escolheu para ser o “coordenador do nascimento do Senhor”⁶.

Portanto, o serviço de José ao mistério da nossa salvação está compreendido na verdade de que toda a vida de Cristo ou toda a presença dele na carne, é salvífica, ou se quiser, é Mistério. Por isso, se a participação de Maria no mistério da encarnação é indiscutível, não se pode ignorar também a participação de José, pois ele participou desse mistério como nenhuma outra pessoa, com exceção de Maria, a Mãe do Verbo encarnado. *“Foi precisamente neste mistério que José de Nazaré ‘participou’ como nenhuma outra pessoa humana, à exceção de Maria, a Mãe do Verbo Encarnado”⁷.*

José, como esposo, esteve intimamente unido a Maria e por isso ele foi introduzido no mistério de sua maternidade divina, pois *“O mensageiro divino introduz José no mistério da maternidade de Maria. Aquela que, segundo a lei, é a sua “esposa”, permanecendo virgem, tornou-se mãe pela virtude do Espírito Santo”⁸*. Desse mistério José foi, juntamente com Maria, o depositário, ou seja, aquele a quem foi confiado um segredo ou uma confidência, e participou da fase culminante da autorrevelação de Deus em Cristo, sustentando Maria

⁶ Rc 8.

⁷ Rc 1

⁸ Rc 3

na fé da divina anunciação e fazendo com ela o caminho da peregrinação na fé.

São José recebeu o encargo de Deus de providenciar a inserção ordenada do seu Filho ao mundo mediante o exercício de sua paternidade e particularmente participando ativamente dos acontecimentos que tocaram a vida de Jesus desde a sua concepção no seio de Maria, passando depois pelo recenseamento, o seu nascimento em Belém, a circuncisão, a imposição do nome, a apresentação no templo, o sustento e a sua educação em Nazaré, com particular atenção ao trabalho na oficina de Nazaré. Afirmar essa verdade torna fácil concluir que o serviço paterno de José a Jesus é uma fonte de inspiração para a pastoral, particularmente para os pais que têm a missão da educação de seus filhos.

Disso se deduz que o perfil de José foi aquele do serviço ao Verbo encarnado, o mesmo serviço que deve classificar e definir a Igreja, a qual precisa ter diante dos olhos a sua humilde maneira de servir a Jesus. Dessa maneira São José se torna um mestre especial *“no serviço da missão salvífica de Cristo, que, na Igreja, compete a cada um e a todos: aos esposos e aos pais, àqueles que vivem do trabalho das próprias mãos e de todo e qualquer outro trabalho, às pessoas chamadas*

para a vida contemplativa e às que são chamadas ao apostolado⁹.”

Não se pode esquecer também que o serviço de José ao Redentor se caracterizou pela sua obediência com ações envolvidas em silêncio num clima de profunda contemplação, pois ele estava em contínuo contato com seu filho que morou em sua casa; *“José estava quotidianamente em contato com o mistério ‘escondido desde todos os séculos’, que estabeleceu a sua morada sob o teto da sua casa”¹⁰*. Aqui se apresenta um filão para a vivência da espiritualidade josefina.

⁹ Rc 32

¹⁰ Rc 25

SÃO JOSÉ, MINISTRO DA SALVAÇÃO

A- Uma justa consideração sobre São José

São José tem o seu espaço reservado na Teologia, portanto, ele não está relegado ao devocionismo como muitos podem pensar ou até querer. A mencionada Exortação apostólica “Redemptoris Custos” o enfoca bem numa ótica cristológica e eclesiológica e o coloca inserido nos mistérios da vida de Cristo evidenciando a sua tarefa de “*ministro da salvação*” dentro do plano da encarnação. Diante de tamanha missão que lhe foi reservada por Deus, ele não pode ser visto como aquele bom velhinho muito bem presente na cena do nascimento de Jesus, ou relegado pela arte à parte, pensativo, taciturno e nada mais.

Olhando José na ótica da josefologia e da Tradição da Igreja, é preciso que tenhamos uma considerável atenção aos mistérios da infância de Jesus e conseqüentemente um interesse pelos mistérios de sua vida oculta. De fato, esses ainda não são levados muito em consideração na reflexão teológica. Daí a necessidade de uma atenção especial pelo estreito relacionamento entre encarnação e a redenção para podermos considerar o guarda do Redentor na devida ótica e na posição que ele tem no plano salvífico.

É preciso que tenhamos presente que o desígnio da salvação tem o seu fundamento no mistério da encarnação de Jesus com toda a sua vida na terra, pois tudo aquilo que não é assumido também é não redimido, segundo a afirmação patrística. Portanto, toda a vida de Jesus é redentora, desde a encarnação até o Pentecostes, pois *“Desde o primeiro instante da sua Encarnação, o Filho faz seu o plano divino de salvação, no desempenho da sua missão redentora¹¹”*. Toda a vida de Cristo é revelação do Pai, sejam as suas palavras e as suas ações, sejam os seus silêncios e os seus sofrimentos ou a sua maneira de ser e de falar. Toda a vida de Cristo é Mistério de redenção. Se é verdade que a redenção é antes de tudo fruto do sangue da cruz, conforme nos revela a Sagrada Escritura (Ef 1,7; Col 1, 13; 1 Pd 1,18-19), é verdade também que esse Mistério está presente em toda a vida de Cristo, pois já com a sua encarnação, quando se fez pobre, nos enriqueceu com a sua pobreza (2 Cor 8,9) e na sua vida escondida com a sua submissão (Lc 2,51), reparou a nossa insubordinação. Daqui se deduz a presença de São José na vida de Cristo desde o início da obra salvífica de Deus em Cristo.

É preciso lembrar que a *“encarnação e a redenção constituem uma unidade orgânica e indissolúvel em que a economia da revelação acontece*

¹¹ CIC 606

*com eventos e palavras intimamente ligados entre si*¹². José participou da vinda de Jesus ao mundo com todo o seu ser, desde o primeiro instante e *“Precisamente por causa desta unidade, o Papa João XXIII que tinha uma grande devoção a São José, estabeleceu que no cânon romano da Missa, memorial perpétuo da redenção, fosse inserido o nome de São José ao lado do nome de Maria e antes dos nomes dos Apóstolos, dos Sumos Pontífices e dos Mártires”*¹³. Essa atitude do Papa não foi consequência de uma simples devoção, mas foi uma coerência teológica da qual São José também é peça indispensável.

Ao estabelecer o mistério da encarnação no fundamento do mistério redentor, a Exortação Apostólica Redemptoris Custos, inseriu diretamente São José na economia da salvação, reconhecendo que ele participou desta como nenhuma outra pessoa, com exceção de Maria, a Mãe do Verbo encarnado e participou juntamente com ela, pois com a encarnação Jesus assumiu não apenas a natureza humana, mas também o matrimônio de Maria e José, a paternidade de José e sua Família Sagrada. Daqui se deduz a exigência da verdadeira paternidade, do verdadeiro matrimônio e da verdadeira família, porque desta

¹² *Dei Verbum 2*

¹³ *RC 6*

verdade depende a encarnação de Jesus e nossa redenção.

A Redemptoris Custos insiste sobre a humanidade de Jesus a qual é instrumento de sua divindade, e por isso não deixa desapercebida a exigência de paternidade de São José, condição exigida, sobretudo durante o período da vida escondida de Jesus, visto que *“São José foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus, mediante o exercício da sua paternidade. Desse modo ele coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos”*¹⁴.

B- São José na visão dos evangelistas

Partindo da exigência de se levar em consideração os mistérios da infância e da vida escondida de Jesus, torna-se, conseqüentemente necessário contemplar a pessoa e a missão de São José nesses mistérios partindo daquilo que os evangelhos nos relatam a seu respeito como esposo de Maria e pai de Jesus. De fato, nos evangelhos José é apresentado como esposo de Maria (Mt 1.16.19.24; Lc 2,5) e Maria é apresentada como a esposa de José (Mt 1.18.24; Lc 1,27). José é tido como pai de Jesus (Lc 2.27.33.41.43.48); Jesus era considerado filho de José

¹⁴ RC 8

(Lc 3, 23; 4,22; Mt 13,55; Jo 6,42) e ambos, José e Maria são pais de Jesus (Lc 2, 41.43).

Essa consideração da reflexão teológica em relação a José partindo dos evangelhos da vida oculta e da infância de Jesus em que ele ocupou um lugar de destaque na vida do Salvador, moveu a teologia a tirá-lo do escondimento e a colocá-lo no seu devido lugar. De fato, esse é o significado do nome José é "*Filius accrescens*" (filho que cresce), e partindo dessa constatação, vemos que José tem crescido na consideração dos fiéis, dos teólogos e da Igreja, e assim, com alegria, constatamos nessas últimas décadas um crescimento no conhecimento de sua pessoa e de missão.

Esse crescimento veio particularmente com o Papa João Paulo II, o qual com o seu magistério presenteou para todos os católicos o mais completo documento josefino da Igreja; a Exortação Apostólica *Redemptoris Custos*. Com essa exortação o Papa colocou o guarda do Redentor no coração da história da salvação e o considerou "*Minister salutis*" (Ministro da salvação). A sua função delegada por Deus dentro do plano da salvação foi a de assegurar a proteção paterna a Jesus com todas as exigências da paternidade, e assim ele foi colocado o mais próximo possível de Cristo juntamente com sua esposa Maria. Dessa forma, São José foi escolhido por Deus para servir diretamente a

pessoa e a missão de Jesus mediante o exercício de sua paternidade e assim, colaborou na plenitude dos tempos com o grande mistério da redenção¹⁵.

Deus no seu inefável mistério quis confiar o início da nossa redenção à guarda primorosa de São José; uma tarefa altíssima ao lado de Maria; por isso não podemos dar desculpas que os evangelhos não mencionam nem mesmo uma palavra dele e conseqüentemente torná-lo ou considerá-lo um personagem bíblico mudo ou inexpressivo. Se por um lado é verdade que não temos nenhuma palavra colocada pelos evangelistas na sua boca, por outro, temos em compensação uma ênfase muito grande por parte dos evangelhos sobre o que ele fez, ou seja, sobre as suas ações a serviço da pessoa e da missão de Jesus, por meio do exercício de sua paternidade¹⁶.

Como *“Ministro da nossa salvação”*, José desempenhou uma função imprescindível nas várias vertentes da vinda do Filho de Deus ao mundo sendo antes de tudo o esposo da Mãe de Deus e honrando a sua divina e virginal maternidade, depois transmitindo a Jesus a descendência davídica, fato indispensável para o reconhecimento dele como Messias. Em seguida José inscreveu Jesus no registro de Belém com o recenseamento, introduzindo-o no povo de Deus;

¹⁵ Rc 8

¹⁶ Rc 8

providenciou a sua circuncisão; deu o nome de Jesus ao menino cumprindo o exercício de sua paternidade; apresentou-o no Templo e resgatou-o na cerimônia da oferta do primogênito; protegeu o menino e sua mãe da perseguição de Herodes; conduziu-os ao Egito e depois o introduziu na terra de Israel; estabeleceu morada com o menino e sua mãe em Nazaré; deu-lhe a qualificação de “nazareno”; alimentou-o e vestiu o menino com seu cuidado e carinho de pai; ensinou-lhe a profissão de carpinteiro na sua oficina de carpintaria; deu-lhe a classificação de “filho do carpinteiro” e educou-o nas leis, na tradição do seu povo e na oração. Tudo isso os evangelhos relatam sobre José em relação a Jesus. Portanto, não é pouco o que os evangelistas nos transmitiram a respeito do pai de Jesus.

Se Deus encontrou José segundo o seu coração e lhe confiou com plena segurança o mais misterioso e sagrado mistério do seu coração, conforme a expressão de São Bernardo, podemos imaginar qual não terá sido o privilégio desse simples carpinteiro de Nazaré como pai do Salvador. Ele foi bem-aventurado, conforme o próprio Jesus ensinou “*Bem aventurado porque os vossos olhos veem...*” (Mt 13,11-17), pois a ele foi dado conhecer de maneira toda particular os mistério do Reino, de ver e de ouvir o Salvador, de ouvi-lo chamar de pai, de tê-lo nos seus braços, de protegê-lo e de educá-lo. São Bernardo completa todas essas atividades

de São José para como o menino Jesus dizendo: *“A ele foi dado a conhecer o mistério desconhecido a todos os príncipes deste mundo. Aquilo que numerosos reis e profetas desejaram ver e não viram foi dado a ele, José, que não apenas o viu e o ouviu, mas o carregou em seus braços, o guiou em seus passos, o abraçou, o beijou, o alimento e o protegeu”*¹⁷.

Jesus, o Verbo de Deus, a luz dos homens (Jo 1,1-4), se fez carne e habitou entre nós (Jo 1,14) tornando-se filho de Maria e de José, vindo para iluminar o mundo e do qual Moisés tinha escrito (Jo 1,45). Ele, Filho de Deus (Jo 1,34), foi acolhido como filho de José, o carpinteiro (Jo 6,42; Lc 4,22; Mt 13,55). Em Nazaré onde viviam José e Maria é que Jesus cresceu (Lc 4,6). De fato, Lucas (1,26.27-35) relata Nazaré a cidade onde José e Maria se casaram. Entretanto, por motivo do édito de César Augusto, ambos foram a Belém, lugar da origem deles, para o recenseamento e ali Jesus nasceu (Lc 2,2-7; Mt 2,1). Mateus demonstra a descendência davídica de Jesus e a legitimidade dessa descendência, quando expressamente atribui esta paternidade a José, *“filho de Davi”* (Mt 1,18-25). De fato, tanto Mateus (1,1-16.20) como Lucas (1,27; 2,4; 3,23-31), relatam que Jesus é descendente de Davi, embora apresentem uma genealogia diferente, pois enquanto que para Mateus essa paternidade passa por Jacó (Mt 1,16), para Lucas

¹⁷ *Homilia II super Missus est, 2,16: PL 183,70*

passa por meio de Eli (Lc 3,23); motivo perfeitamente explicável levando em consideração a lei do levirato¹⁸. José acolheu as palavras do anjo que lhe pediu para acolher Maria como sua esposa e dar o nome ao menino (Mt 1,20-21.25) concebido por obra do Espírito Santo, e aqui José se mostra no exercício de seu direito e de função de pai e chefe de família. De fato, foi a ele que o anjo comunicou para fugir com o menino e sua mãe para o Egito; foi a ele que o mesmo anjo comunicou para voltar à sua terra e ali viver, onde o menino cresceu em idade, sabedoria e graça e era submisso aos seus pais (Mt 2, 51); ali ele foi educado e trabalhou como carpinteiro na oficina de José (Mt 13,55; Mc 6,3).

¹⁸ *Segundo a lei do levirato, quando um israelita morria sem ter gerado filhos, o seu parente mais próximo devia casar-se com a viúva e o primeiro filho desse casamento era considerado filho segundo a natureza do segundo marido, e filho legal do marido falecido. Dessa forma José, nascido do segundo matrimônio de sua mãe com Jacó, era filho desse segundo a natureza, e filho legal de Eli, o primeiro marido de sua mãe.*

C- **São José na visão dos Apócrifos**

Como podemos constatar, os evangelhos relatam dados concretos da pessoa e da missão de São José, mas não apenas eles, pois também os apócrifos, muito embora não façam parte dos livros inspirados do Novo Testamento¹⁹. Estes, embora não considerados históricos pela Igreja, tiveram bastante influência na devoção popular, nas interpretações dos Padres da Igreja, nas pregações, na liturgia e na arte. Particularmente devemos aos apócrifos a apresentação da figura de São José como um idoso com barba e cabelos brancos e com um bastão florido (lírio) na mão. Apresentam-no também em cena de seu matrimônio com Maria no templo de Jerusalém diante do sumo sacerdote, a presença de um ou mais jovem em companhia deles representando seus filhos de um matrimônio precedente, enquanto foge para o Egito com o menino e sua mãe.

Dentre esses escritos apócrifos não podemos nos esquecer de mencionar o *“Protoevangelho de Tiago”*,

¹⁹ *Apócrifo quer dizer secreto, escondido, oculto, pois não era de uso público ou não usado oficialmente na liturgia ou no ensino. Portanto, os livros apócrifos são escritos que não fazem parte do cânone bíblico do Novo Testamento, embora reivindicuem a autoridade dos livros sagrados ou até tenham a pretensão de substituí-los*

também conhecido como *“Natividade de Maria”*, um dos escritos dos anos 220 que descreve a vida de Maria, dos seus pais, o seu nascimento e a sua educação no templo, assim como o seu casamento com José e prosseguindo com a descrição da sua anunciação, a visita a Isabel, a prova das águas amargas (Nm 5,11-13)²⁰, o nascimento de Jesus, a visita dos Magos e a matança dos inocentes.

O *“Evangelho do Pseudo Mateus”*, surgido entre o século VI e VIII não apresenta muita novidade em relação ao *“Protoevangelho de Tiago”*; contudo, teve grande influência nos artistas e poetas e até nas místicas Catarina Emmerich e santa Brígida. Temos ainda o *“Livro da Natividade de Maria”* (846-849) que faz referências ao que *“Pseudo Mateus”* relatou. O *“Pseudo Tomás”* (150) que descreve Jesus como um menino traquina, generoso. O *“Evangelho árabe da Infância”* ou também conhecido como *“Evangelho Siro-árabe”* ou ainda *“Evangelho siríaco da Infância”*, surgido entre os séculos VI e VII que apresenta as ideias do *“Protoevangelho de Tiago”* e do *“Pseudo Mateus”*. O

²⁰ *Tratava de uma lei entre os judeus contra a infidelidade conjugal a qual exigia que o marido levasse a esposa suspeita de infidelidade diante do sacerdote para fazer a prova de sua inocência. Na verdade, era uma proteção da esposa em decorrência contra as consequências de uma eventual suspeita apressada e infundada, por parte do marido influenciado pelo machismo da época*

“Evangelho armeno da Infância” surgido pelos anos de 590 que não traz nada de novidade em relação aos demais. A *“História de José o Carpinteiro”* do século II que é lido por judeu-cristãos junto ao túmulo de São José na comemoração do aniversário de sua morte. O *“Liber de Infantia Salvatoris”* surgindo entre os séculos IX e X que faz referência aos demais escritos apócrifos em relação a José. Tudo isso indica a presença de José nos escritos pós-apostólicos.

Esses escritos tiveram a função de satisfazer a curiosidade sobre aquelas informações não relatadas nos escritos inspirados dos evangelhos e apresentaram algumas características de São José descrevendo-o como um carpinteiro que fazia arados, cangas, objetos de madeira. Informaram que ele tinha se casado aos 40 anos com Escha com a qual viveu 49 anos e com ela teve quatro filhos (Judá, Justo, Tiago e Simão) e duas filhas (Assia e Lídia). Relatam que depois de viúvo casou-se com Maria e morreu em idade avançada.

Noutra descrição coloca que ele morreu com 111 anos quando ainda gozava de plena saúde, vista boa, dentes sãos e com forças para o trabalho e descreve que quando chegou a hora de sua morte esta foi-lhe comunicada por um anjo o que lhe causou temor e ele foi rezar no templo de Jerusalém, voltando em seguida para Nazaré onde ficou acamado e agitado com a eminência da morte e que Jesus o encontrou

profundamente angustiado. Descreve ainda que José se recomenda a Jesus que o consola dizendo-lhe que a morte é para todos, inclusive para eles dois. Em seguida Jesus senta-se aos pés de sua cama e aperta as suas mãos consolando-o. Maria deixa entrar no quarto dele seus filhos e filhas e todos choram. Jesus reza a Deus para enviar os anjos Miguel e Gabriel e estes aparecem imediatamente, tomam a alma de José e cantando o acompanham até chegar nos braços de Deus. Jesus fecha a boca e os olhos de José e um choro geral se deu em Nazaré e Galileia durante todo o dia. Ungem o corpo de José e Jesus reza por ele e anuncia a sua incorruptibilidade e promete bens e prosperidade nesta vida e a salvação eterna a quem realizar uma boa obra em memória a José ou para quem colocar o nome de José a um de seus filhos.

Alguns desses apócrifos descrevem que depois de um ano de viuvez de sua primeira esposa José foi chamado pelo sumo sacerdote juntamente com outros viúvos da Judeia para que fosse escolhido o esposo de Maria e ela tornou-se a sua esposa quando tinha doze anos. Para a escolha de Maria cada pretendente viúvo recebeu um bastão que foi colocado no templo e quando foram retirados o bastão de José apareceu florido e uma pomba saiu dele e voou na cabeça de José, como sinal de sua eleição divina para ter a guarda da Virgem do Senhor.

Relatam também que a anunciação de Maria se deu depois de dois anos do seu casamento, enquanto José se encontrava fora para trabalhos e quando voltou percebeu a gravidez de Maria e fez para ela a prova das águas amargas em que reconheceu a sua inocência. Relatam, por fim, que por ocasião do recenseamento do imperador Augusto José e Maria foram a Belém e chegada a hora do parto, não havendo lugar adequado José a levou a uma gruta e buscou uma parteira e esta constatou que o parto se deu milagrosamente permanecendo a virgindade de Maria.

D- São José na visão dos Padres da Igreja

Os Padres da Igreja não fizeram considerações diretas em seus escritos sobre São José, mas apenas ocasionalmente. Contudo, João Paulo II em sua Exortação apostólica *Redemptoris Custos* deixa claro que *“os Padres da Igreja, desde os primeiros séculos, puseram em relevo que São José, assim como cuidou com amor de Maria, dedicou-se com empenho jubiloso à educação de Jesus Cristo”*²¹. Não resta dúvida de que alguns Padres, influenciados pelos apócrifos buscaram neles a defesa para a virgindade de Maria e o seu matrimônio e a própria missão de São José como, por

²¹ RC 1

exemplo, Santo Irineu, morto em 203, o qual afirmou que *“José teve um amável cuidado de Maria e se dedicou com alegre empenho na educação de Cristo”*²². Também Orígenes, falecido em 225, ressaltou a especial missão de José como o escolhido para ser o *“coordenador do nascimento do Senhor”*²³.

Santo Efrém, falecido em 373, deu para José o título de *“ministro desta economia divina”* (da encarnação)²⁴. Alguns anos mais tarde Santo Ambrósio, morto em 397, defendeu a união especial de Maria e José como um verdadeiro matrimônio em base ao direito romano, para o qual *“não é a perda da virgindade que constitui o matrimônio, mas o pacto conjugal”*²⁵. Afirmará São João Crisóstomo, morto em 407, que José depois que acolheu Maria como sua esposa *“tornou-se ministro de toda a economia”* (do mistério da nossa salvação)²⁶.

Já São Jerônimo, falecido em 419, defendeu a virgindade de José em oposição aos apócrifos, quando afirmou que *“permaneceu virgem aquele que mereceu ser chamado pai do Senhor”*²⁷. Virá depois Santo

²² *Adversus haereses, IV. 23, 1; PG 7, 1048*

²³ *Homiliae XIII in Lucam, 7: PL 13, 1832*

²⁴ *Commento al Diateseron, 1, 26*

²⁵ *De institutione virginis, 6, 41; PL 16, 316*

²⁶ *Matthaeum, 5.3; PG 57,57-58*

²⁷ *adversus Helvidium, 19; PL 23, 213*

Agostinho, falecido em 430, que defendeu o verdadeiro matrimônio de José com Maria e a sua paternidade quando afirmou que *“José é esposo de Maria, sua esposa, não pelo amplexo carnal, mas pelo afeto; não pela união dos corpos, mas por aquilo que vale mais – pela união das almas”*²⁸. Afirmou ainda que *“Assim como Maria era esposa castamente, também José era castamente esposo, e como Maria era castamente mãe, também José era castamente pai. Porque tanto mais verdadeiro pai, quanto mais casto pai. O Senhor não é proveniente do sêmen de José, também se assim se acreditava...”*²⁹. Esclareceu ainda que *“pelo motivo desse fiel matrimônio, ambos merecem ser chamados pais de Cristo e não somente ela, a mãe, mas também ele, seu pai. Do mesmo modo era esposo da mãe, pai e esposo por meio de sua mente, não pela carne”*³⁰.

Pedro Crisólogo, morto em 450, considerou São José esposo de Maria, figura do bispo, esposo de uma Igreja virgem e fecunda³¹. Remigio d’Auxerre, morto no ano 900, defendeu que José foi um íntimo colaborador na obra da nossa redenção e exaltou a sua obediência afirmando que *“Pela desobediência de Adão todos*

²⁸ *Contra Faustum, 23,8; PL 42, 470*

²⁹ *Sermo 51,16.20; PL 38, 348. 351*

³⁰ *De nuptiis et concupiscentia (1, 11,12; PL 44, 421*

³¹ *Sermo 175; PL 52, 657-8*

ficamos corrompidos, mas pela obediência de José todos voltamos ao estado original”³².

São Bernardo, morto em 1153, fez a comparação entre José do Egito e José de Nazaré quando afirmou que *“Não resta dúvida de que José, esposo da Mãe do Salvador foi um homem bom e fiel. Servo fiel e prudente, que o Senhor constituiu como auxílio de sua mãe, nutrício de sua carne, o único fidelíssimo cooperador sobre a terra do seu grande desígnio*”³³. O grande teólogo São Tomás de Aquino, morto em 1274, defendeu o verdadeiro e perfeito matrimônio entre José e Maria quanto à essência e à perfeição, porém, não quanto ao uso³⁴. Afirmou a virgindade perfeita de José e que esta foi conservada por toda a sua vida³⁵. Defendeu ainda que o voto de virgindade seja de Maria ou de José, foi condicionado antes do casamento e absoluto depois dele³⁶.

São Boaventura, morto em 1274, defendeu em seus escritos e Sermões que São José era perfeito exemplo de devoção a Jesus e à Maria. Já São Bernardino de Sena, morto em 1444, admitiu a ressurreição e assunção de São José em seu *“Sermo de*

³² *Homilia 4; PL 131.889*

³³ *Homilia II super -Missus est PL 183,69*

³⁴ *Summa Theologiae, 3, q. 29, a. 2; 4 Sent, dist. 30. Q. 2, a. 2*

³⁵ *Summa Theologiae, 3, q. 28, a. 3 ad 5*

³⁶ *Summa Theologiae, 3, q. 28. A. 4 in c. et ad 1 et 30*

Sancto Joseph Sposo B. Virginis". Também Bourguignon, morto em 1408, em seu escrito "*Dictamen de laudibus beati Joseph*", admitiu a ressurreição de São José e afirmou que ele subiu ao céu junto com Jesus ressuscitado.

O grande promotor de São José Jean Charlier, também conhecido como Gerson, devido ao lugar de seu nascimento, discorreu sobre as virtudes de São José em seus escritos "*Considerações sobre São José*", "*Josephina*" e "*Sermo de nativitate gloriosae Virginis Maiae et de commendatione virginei sponsi eius Joseph*" com o qual pediu ao Concílio de Costanza de invocar oficialmente a intercessão de São José e de instituir uma festa em sua honra para obter a unidade da Igreja. Defendeu a santificação de São José no seio materno de sua mãe, a imunidade da concupiscência, a sua ressurreição com Jesus e a sua assunção aos céus. Além disso, deu à Sagrada Família o título de "*Trindade terrestre*".

Pierre d'Ailly, morto em 1420, professor de Gerson, também exaltou as prerrogativas de São José em seu escrito "*Tractatus de duodecim honoribus Sancti Joseph*". O mesmo ocorreu com o abade Jean Heidenberg, morto em 1516, que honrou São José com dois importantes escritos: "*De laudibus sanctissimi castissimique Joseph*" e "*Officium Missae de sanctissimo Christi nutrício Joseph*". Outro grande promotor do

conhecimento de São José, sendo o primeiro a recolher com ordem e método tudo quanto de melhor tinha sido escrito sobre ele, foi Isidoro Isolani, morto em 1528, e que em 1522 escreveu *“Summa de donis Sancti Joseph”*, escrito de grande relevância para a josefologia.

Na esteira destes grandes colaboradores para o desenvolvimento do conhecimento de São José temos ainda Antonino de Firenze, dominicano morto em 1459; São Vicente Ferrer, morto em 1419; Bernardino de Feltre, morto em 1494; Bernardino de Bustis, morto em 1513; Bernardino de Laredo, morto em 1540 que escreveu *“Josephina”*. Não podemos nos esquecer também de Santa Tereza d`Ávila, morta em 1582, uma das grandes devotas de São José e por isso, como testemunhou o papa Leão XIII, ela *“honrou com incrível devoção a exímia dignidade de São José, pregou o seu patrocínio e promoveu o seu culto”*. Esta santa dedicou a São José o seu primeiro mosteiro de Ávila em 1562, e em seguida dedicou ao seu patrocínio outros dez que se tornaram verdadeiros centros de irradiação da devoção Josefina.

É quase impossível citar os nomes de todos os que promoveram o conhecimento e o culto e tiveram amor a São José, mas além dos já citados, precisamos ainda mencionar outros nomes bem conhecidos na contribuição para o conhecimento de São José, como Francisco Suárez, morto 1617; Jerônimo Gracián de la

Madre de Dios, morto em 1614; João Cartagena, morto em 1618; São Lourenço de Bríndisi, morto em 1619; São Francisco de Sales, morto em 1622; Cornélio Lápide, morto em 1637; Melchior Prieto, morto em 1648; Jean Jacques Olier, morto em 1657; São Vicente de Paulo, morto em 1660; Jacques-Bénigne Bossuet, morto em 1704; José Antonio Patrignani, morto em 1736; Antonio Peralta, morto em 1736; Vicente Lodovico Gotti, morto em 1742; São Leonardo de Porto Maurizio, morto em 1751, Prospero Lorenzo Lambertini, que depois se tornou o Papa Bento XIV, morto em 1758; Junípero Serra, morto em 1784; Giovanni Crisostomo Trombelli, morto em 1784; Santo Afonso Maria de Ligouri, morto em 1787; São Gaspar Bertoni, morto em 1853; São Pedro Giuliano Eymard, morto em 1868; Vives y Tutó, morto em 1913, Cipriano Macabiau, morto em 1915; Alexis Henri Marie Lépiciier, morto em 1936; André Bessette, morto em 1937; Marie- Joseph Lagrange, morto em 1938; Reginaldo Garrigou-Lagrange, morto em 1964; Roland Gauthier, morto em 2005; Tarcísio Stamare, morto em 2020, e, por fim, não posso deixar de lembrar o nome do fundador da minha Congregação, Oblatos de São José, São José Marelllo, morto em 1895. Marelllo teve um grande amor pelo guarda do Redentor e pautou toda a sua vida na busca de sua imitação e colocou-o para todos os membros da sua Congregação como o modelo para suas vidas.

E- São José na visão dos Papas e Magistério da Igreja

O magistério da Igreja também contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento do conhecimento e da devoção a São José por meio da voz dos Papas. O Papa Pio IX, cujo pontificado foi de 1846 a 1878, estendeu a festa do Patrocínio de São José para toda a Igreja com o decreto da Sagrada Congregação dos Ritos "*Inclytus Patriarcha Joseph*", no dia 10 de setembro de 1847 e com este expôs pela primeira vez os princípios da teologia de São José. No dia dois de junho de 1892, com sua alocução "*Maxima quidem*" invocou São José colocando o seu nome antes dos nomes de São Pedro e São Paulo, algo nunca acontecido. Depois, com o decreto da Sagrada Congregação dos Ritos "*Quemadmodum Deus*", de oito de setembro de 1870, proclamou São José Patrono da Igreja e declarou que a Igreja sempre teve uma grande consideração a ele e engrandeceu o beatíssimo José, e preferencialmente recorreu a ele nas angústias. Por fim, com o decreto "*Inclytum Patriarcham*", de sete de julho de 1871, reconheceu para São José o direito de culto superior aos outros santos.

Além desses documentos, Pio IX expressou sua devoção ao Santo querendo que na sala da Imaculada, no Vaticano, estivesse presente um grande afresco que lembrasse o dogma da Imaculada Conceição de Maria e

neste quis que São José fosse representado entre Pedro e Jesus. Fez esculpir no monumento que sustenta a coluna da Imaculada, na praça Espanha de Roma, um baixo-relevo representando o sonho de São José. Por fim, mandou confeccionar um tapete para lembrar o decreto do Patrocínio de São José sobre a Igreja, e concomitantemente mandou cunhar uma medalha representando São José Patrono da Igreja com a inscrição em latim "*Iosephus Mariae V. Sponsus Ecclesiae Cath. Patronus datus 1871*" (José, esposo da Virgem Maria, nomeado Patrono da Igreja Católica, 187).

O Papa Leão XIII, que dirigiu a Igreja de 1878 até o ano de 1903, na primeira alocução que fez aos cardeais em março de 1878, colocou o seu pontificado sob "*a potentíssima proteção de São José, celeste Patrono da Igreja*". Em sua encíclica "*Aeterni Patris*" de agosto de 1879, pediu para rezar ao "*bem-aventurado José, esposo puríssimo da Virgem*", e na encíclica "*Sancta Dei civitas*" de dezembro de 1880, recomendou ao piíssimo esposo de Maria, protetor e guarda da Igreja e que a Sede apostólica tinha declarado recentemente como o Patrono da Igreja Universal. Em março de 1881, confiou a São José o Jubileu extraordinário que se iniciou naquele ano, no dia de sua festa.

Em seguida, no dia 29 de junho de 1881, com a encíclica "*Diuturnum*", reconheceu São José "*castíssimo*

esposo, que sob seu patrocínio a Igreja Universal muitíssimo confia". Poucos meses depois, no dia 15 de fevereiro de 1882, com a encíclica "*Etsi nos*" invocou Maria "*juntamente com seu santíssimo esposo José, guarda e patrono do povo cristão*". No dia 20 de abril de 1884, com a encíclica "*Humanum genus*" lembrou "*São José, esposo da Virgem Santíssima, Celeste e salutar patrono da Igreja católica*". Por fim, com a encíclica "*Rerum Novarum*", de 15 de maio de 1891, São José é apresentado como aquele que esteve sempre presente na vida de Jesus e que lhe deu a qualificação humana.

Além do mais, Leão XIII quis que o nome de São José estivesse presente na oração "*Deus refugium nostrum et virtus*"; aprovou a reza do Ofício votivo de São José nas quartas-feiras, e estabeleceu que a festa de São José fosse celebrada em algumas regiões da Itália. Instituiu com sua Carta apostólica "*Neminem fugit*" de 14 de junho de 1892 a "*Pia Associação Universal das famílias consagradas à Sagrada Família de Nazaré*". Será significativa ainda a sua iniciativa em lançar a encíclica "*Quamquam Pluries*", em 15 de agosto de 1889, com a qual expôs a doutrina sobre São José a partir do fundamento de sua dignidade até a razão pela qual merece ser proclamado patrono da Igreja e invocado por todas as famílias cristãs. Nesse período havia forças opostas que ameaçavam a Igreja e o seu pontificado. Foi neste contexto que pediu a todos

os cristãos que o culto a São José penetrasse profundamente nas instituições católicas e em suas vidas e justificou que a Igreja esperava muitíssimo da especial proteção de São José. Poucos meses depois, em 25 de janeiro de 1890, concedeu a permissão à Espanha de celebrar a festa de São José como dia de preceito declarando: *“não há quem não veja como esta honra seja certamente devida ao beatíssimo Homem”*. Um ano depois, no dia três de março de 1891, com a carta apostólica *“Quod erat”*, afirmou que para conservar a fé e para se viver cristãmente *“não há nada de mais eficaz do que merecer o patrocínio de São José”*.

Leão XIII ensinou que a dignidade da Mãe de Deus era tão alta que não podia haver outra maior, admitiu também que São José participou da excelsa dignidade de sua esposa, *“porque entre a beatíssima Mãe de Deus e São José existe um verdadeiro vínculo matrimonial, e o matrimônio leva à comunhão de bens entre eles. Na família de Nazaré Jesus vivia e justificava a função de pai que José exercia sobre ele submetendo-se humildemente a ele obedeceu-lhe, prestando-lhe honra e respeito que todo filho deve a seu pai”*. Esse Papa ressaltou também que em relação à Maria José foi *“testemunha de sua virgindade e tutor de sua castidade”* e que em relação à Sagrada Família ele foi *“guarda legítimo e defensor natural”*, *“tutelou com amor e contínua dedicação a sua esposa e o divino Filho*

e foi ele que proveu o sustento deles com seu trabalho, que afastou deles o perigo, conduziu-os salvos fora da pátria e nos desafios das viagens, nas dificuldades do exílio foi-lhes companhia inseparável, assim como ajuda e conforto”.

Por fim, Leão XIII enfatizou que a missão de São José não terminou na terra, porque a sua autoridade de pai se estende por vontade de Deus para toda a Igreja, visto que a Sagrada Família contém *“os inícios da Igreja nascente”* e porque *“Maria é também a mãe de todos os cristãos”*, São José tem *“sobre ela (Igreja) autoridade igual àquela de um pai”*. Explicou que o matrimônio de Maria com José e a sua paternidade em relação a Jesus não são apenas os títulos de sua grandeza, graça, santidade e glória, mas são a razão para que ele *“agora cubra e defenda com seu patrocínio a Igreja de Deus”*. Exortou todos os cristãos *“de qualquer condição ou estado”* para confiar e abandonar-se confiantemente na sua amorosa proteção.

Veio depois o Papa São Pio X, cujo pontificado foi de agosto de 1903 até agosto de 1914, que em sua encíclica *“E supremi Apostolatus”* de quatro de outubro de 1903, exortou os fiéis a *“considerarem como intercessor também o castíssimo esposo da Mãe de Deus, Patrono da Igreja católica”*. Depois, num discurso aos cardeais no dia 18 de março de 1904 lembrou-os de ter recebido o venerado nome de São José e de invocar

o seu patrocínio para si e para a Igreja. Ainda, no dia 18 de março de 1909, promulgou e indulgenciou as Ladainhas de São José para o uso dos fiéis.

Seguirá o Papa Bento XV que governou a Igreja de setembro de 1914 até janeiro de 1922. Este Papa com o Moto Próprio *“Bonum sane”* de 25 de julho de 1920, lembrou o 50º aniversário da proclamação de São José Patrono da Igreja universal mencionou a eficácia da devoção a ele como remédio para os problemas da pós-guerra e propôs as suas virtudes aos pobres e trabalhadores, recomendando a sua intercessão para os moribundos devido a sua eficaz proteção, sendo que ele morreu assistido por Jesus e Maria. Em sua encíclica *“Spiritus Paraclitus”* de setembro de 1920, realçou a missão de São José como pai de Jesus. Inseriu no Missal Romano um Prefácio próprio de São José, no dia 19 de abril de 1919, e concedeu, no dia 10 de maio de 1921, indulgências especiais para quem rezasse o *“Pequeno Ofício de São José”*. Por fim, no dia 23 de fevereiro de 1921, acrescentou o nome de São José na invocação *“Bendito seja Deus”*.

O Papa XI que governou a Igreja de 1922 até fevereiro de 1939, colocou, no dia nove de agosto de 1922, a invocação a São José nas orações para os falecidos e no rito da unção dos enfermos. Alguns anos depois, em sua locução de abril de 1926, ensinou que o título de Patrono da Igreja pertence a São José desde o

tempo que era chefe da Sagrada Família. Em seguida, na locução de 19 de março de 1928, sustentou a superioridade de São José em relação a São João Batista e a São Pedro. Na locução de 23 de maio de 1929, propôs Maria e José como os primeiros exemplos de educação cristã.

Na locução de 19 de março de 1935, evidenciou a ligação de São José com a união hipostática de onde provém a sua poderosa intercessão. Na encíclica *“Ad catholici sacerdotii”* de dezembro de 1935, afirmou que o *“Divino Mestre quis ser educado desde a infância na casa de Nazaré por Maria e José”*. Já na encíclica *“Divini Redemptoris”* de 19 de março de 1937, propôs São José como patrono e modelo dos operários e invocou o Patrocínio de São José na luta da Igreja contra o comunismo. Na locução de 19 de março de 1938, deu o título a São José de *“onipotente”*. Por fim, Pio XI não deixará de ressaltar que São José é um grande *“santo dentre os todos os santos”, “superior a João Batista”, é o “pai da grande caridade”, “pai de todos na Igreja” e “onipotente na sua intercessão”*.

O Papa Pio XII que governou a Igreja de março de 1939 até outubro de 1958, lembrou a proteção de São José em sua locução *“Si nobis suave”* de maio de 1939, mencionando-o como esposo da Virgem Maria e Patrono da Igreja. Em sua seguinte locução de maio de 1939, afirmou que Maria encontrou grande alegria na

convivência do mais puro amor de seu castíssimo esposo. No dia 15 de março de 1945, apresentou São José aos membros da Associação católica dos Leigos Italianos como modelo e Patrono dos operários. Em sua encíclica *“Mediator Dei”* de novembro de 1947, pediu um culto mais amplo e fervoroso à Virgem Maria, Mãe de Deus e a seu castíssimo esposo. Na encíclica *“Sacra Virginitas”*, de março de 1954, escreveu que o *“nosso Redentor não apenas nasceu de um ventre virginal, mas quis ser cuidado por um virgem”*. No dia 1º de maio de 1955, num discurso aos trabalhadores, propôs São José como patrono e modelo dos operários instituindo a festa litúrgica de São José Operário.

Na encíclica *“Haurientis aquas”* de maio de 1956, lembrou que *“palpitava de amor o Coração do Salvador, sempre em perfeita harmonia com os efeitos da sua vontade humana e com o seu amor divino, quando ele realizava cordiais colóquios com a sua dulcíssima mãe, na pequena casa de Nazaré, e com o seu pai putativo José, ao qual obedecia ajudando-o como fiel colaborador no cansativo trabalho de carpinteiro”*. Em sua mensagem de rádio aos alunos das escolas católicas americanas indicou a devoção a São José e descreveu a sua profissão, a sua santidade e a sua personalidade.

São João XXIII, foi o Papa que exerceu o pontificado de 28 de outubro de 1958 a três de junho de 1963, e demonstrou que era um grande devoto de

São José. Em sua Carta apostólica *“Le voci”* de março de 1961, nomeou o guarda do Redentor como o padroeiro do Concílio ecumênico Vaticano II. Em sua exortação apostólica *“Sacrae laudi”* de janeiro de 1962, lembrou que a São José *“foi concedido não apenas de ver e ouvir Deus, mas também de carregá-lo, beijá-lo, vesti-lo e cuidar dele”*. No discurso de abertura do Concílio Vaticano II, no dia 11 de outubro de 1962, invocou a intercessão de Maria e imediatamente depois acrescentou *“juntamente com o teu Esposo São José”*. Esse Papa manifestou uma grande devoção a São José lembrando que teve José como o seu nome de batismo e que o considerava sempre como o seu *“primeiro e predileto Protetor”*. No dia 18 de dezembro de 1962 inseriu o nome de São José no cânon da missa e no dia 19 de março de 1963 determinou que o altar de São José na basílica do Vaticano, abençoado por ele, se *“tornasse um ponto de atração e de piedade”* a fim de que se *“ascendesse, também no máximo templo do cristianismo, a devoção a São José, Protector Sanctae Ecclesiae e Protetor do Concílio ecumênico Vaticano II”*.

Na verdade, antes da iniciativa de João XXIII de colocar em destaque a pessoa de São José na basílica Vaticana, já se encontrava uma referência dele neste templo com uma pintura sobre o altar da *“Madonna della Colonna”* assim denominada porque foi pintada

sobre uma das colunas da antiga basílica; trata-se de um mosaico de 1647 representando o sonho de São José. Há ainda nesta basílica, outra imagem de São José difícil de se perceber porque está misturada entre outras e se localiza quase no início da praça Vaticano, na parte esquerda do denominado *“colonato de Bernini”*. Esta imagem representa São José como um homem vigoroso, com os olhos voltados para o céu, tendo a mão direita sobre o peito e na mão esquerda segura um bastão representado com um maço de flores na sua ponta para designar a sua eleição divina. Outra representação de São José na basílica Vaticana se encontra no átrio e representa a morte de São José.

O grande Papa Paulo VI, cujo pontificado foi de 21 de junho de 1963 até seis de agosto de 1978, logo no início do seu papado invocou, no dia 29 de setembro de 1963, a proteção de São José na abertura da II sessão do Concílio, e em sua constituição dogmática *“Lumen Gentium”* de 21 de novembro de 1964, lembrou a presença do nome de São José no cânon da missa *“venerando a memória da gloriosa virgem Maria, mas também do bem-aventurado José...”*. Em sua homilia de 19 de março de 1966, exaltou a grandeza de São José pela sua total dedicação ao serviço de Cristo com amor e por amor. Por ocasião do 75º aniversário da *“Rerum Novarum”* lembrou que *“Jesus, Filho de Deus, quis ser tido como filho de um carpinteiro”*. Em sua Exortação

Apostólica *“Signum Magnum”* de 13 de maio de 1967, ao considerar a virgindade de Maria que permaneceu virgem no parto e depois do parto, apresentou a sua vida como *“vida da castíssima esposa de São José”*. Em sua homilia de 19 de março de 1968, indicou São José como o introdutor das bem-aventuranças e como exemplo de docilidade e de prontidão obediente na aceitação e na execução da vontade de Deus.

Um ano depois, em sua homilia de 19 de março de 1969, colocou a existência de São José como um holocausto às exigências da vida do Messias e como o tipo do evangelho anunciado por Jesus como programa para a redenção da humanidade. Já no *“Angelus”* de 19 de março de 1971, evidenciou a missão providencial de São José na História da Salvação. Ainda em sua Exortação Apostólica *“Marialis cultus”* de dois de fevereiro de 1974, lembrou que a Igreja olha com profunda reverência a vida que Jesus, o Filho de Deus, que Maria, sua mãe, e que São José, homem justo, levaram na casa de Nazaré. Por fim, Paulo VI promulgou o *“Ofício para a Liturgia das Horas”* da Sagrada Família, de São José, de São José Operário e o novo Prefácio de São José. Todas as suas homilias sobre São José são admiráveis pelo seu conteúdo e são objetos de citações em vários documentos pontifícios que se sucederam.

O Papa São João Paulo II que conduziu a Igreja de 16 de outubro de 1978 a dois de abril de 2005, foi

grande incentivador da devoção e do conhecimento de São José e já na sua primeira Encíclica *“Redemptoris hominis”*, de quatro de março de 1979, inseriu o nome de São José no coração da Redenção ensinando que Cristo tornou-se *“homem, filho de-Maria Virgem, filho putativo de José de Nazaré”*. A presença de São José esteve sempre em suas várias encíclicas, mas o nome desse Papa será sempre lembrado na história do culto a José com a Exortação Apostólica *“Redemptoris Custos”* de 15 de agosto de 1989, por ocasião da comemoração do centenário da encíclica *“Quamquam pluries”* de Leão XIII.

Na locução de 19 de março de 1980, afirmou que Deus confiou a José o mistério, cuja realização tinha esperado muitas gerações; afirmou ainda que a Igreja sempre esteve consciente de quanto fundamental foi a vocação do esposo de Maria, aquele que diante dos homens era tido como pai de Jesus. Propôs São José como modelo *“para todos os pastores e ministros da Igreja, a fim de que possam servir o povo de Deus com dedicação ativa e generosa, como São José serviu dignamente o Senhor Jesus e a Virgem Mãe”*.

Em sua encíclica *“Laborem exercens”* de 14 de setembro de 1981, denominou São José como o *“Evangelho do trabalho”*. Na Exortação Apostólica *“Familiaris consortio”* de 22 de novembro de 1981, confiou cada família a Jesus, Maria e José e invocou a

proteção de São José sobre as famílias. Na sua carta apostólica *“Parati semper”*, de 31 de março de 1985, lembrou os trinta anos de Jesus em Nazaré ao lado de Maria e de José, o carpinteiro, e na encíclica *“Dominum et vivificatem”* de 18 de maio de 1986, apresentou José *“no início da atividade messiânica de Jesus em Nazaré, onde transcorreu trinta anos na casa de José, o carpinteiro, ao lado de Maria, sua virgem Mãe”*. Na Encíclica *“Redemptoris Mater”* de 25 de março de 1987, apresentou José em todos os episódios da infância de Jesus e enfatizou que ele era submisso a José porque era o seu pai diante dos homens. Na Exortação Apostólica *“Christifidelis laici”* de 30 de dezembro de 1988, enfatizou que Jesus era filho do carpinteiro.

Na exortação apostólica *“Redemptoris custos”* de 15 de agosto de 1989, colocou São José no coração do mistério da redenção, enfatizando que ele participou dos mistérios da vida de Cristo, dos quais é ministro. Afirmou que José cooperou com sua paternidade, *“na plenitude dos tempos, do grande mistério da Redenção e é ministro da salvação”*. Na *“Carta às famílias”* de dois de fevereiro de 1994, enfatizou que *“é graças também a José que o mistério da encarnação, e junto a este, o mistério da Sagrada Família, veem inscritos profundamente no amor esposal do homem e da mulher e indiretamente na genealogia de cada família humana”*.

Na Exortação Apostólica *“Vita consecrata”* de 25 de março de 1996, afirmou que juntamente com José, na vida escondida de Nazaré, Maria é mestra de sequela incondicionada e de assíduo serviço. Por fim, na carta apostólica *“Novo Millennio Ineunte”* de seis de janeiro de 2001, lembrou o nascimento virginal de Jesus de sua Mãe Maria, esposa de José, e que Jesus é o filho do carpinteiro. João Paulo II ainda, ao promulgar o novo *“Código de Direito Canônico”*, no dia 25 de janeiro de 1983, confiou a reta observação das normas deste, impetrando a ajuda da beatíssima virgem Maria, Mãe da Igreja, e ao seu esposo São José, Patrono da Igreja. Por fim, na promulgação do *“Catecismo da Igreja Católica”* em 11 de outubro de 1992, ele dedicou atenção aos mistérios da infância e vida escondida de Jesus, dos quais São José foi *“ministro”* e convidou a confiar em São José, patrono da boa morte.

O Papa Bento XVI, cujo pontificado começou em 19 de abril de 2005, e terminou por sua renúncia no dia 28 de fevereiro de 2013, mandou construir uma fonte nos jardins do Vaticano dedicada a São José e durante seu pontificado fez frequentes referências a ele.

Por fim, o Papa Francisco que iniciou seu pontificado em 13 de março de 2013, afirmou que Deus confiou a José a missão de ser o guarda de Maria e de Jesus, mas que a sua guarda se estende também para a Igreja e ele a exercita com discrição, humildade, no

silêncio, na constante atenção a Deus e disponível ao seu projeto. Francisco escolheu colocar em seu brasão pontifício os três símbolos da Sagrada Família: Jesus no monograma de seu nome, Maria na estrela e José na flor de nardo. No decreto da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos sacramentos, de 1º de maio de 2013, estabeleceu que nas orações eucarísticas II, III e IV do Missal Romano, fosse colocado, depois da Bem-aventurada Virgem Maria, a menção do nome de São José, seu esposo.

F- **São José no Culto e na Liturgia**

A profusão das considerações sobre a pessoa de São José como o escolhido por Deus para a sublime missão de colaborar na redenção da humanidade pela oblação de seu Filho, fez com que o seu culto surgisse e se desenvolvesse sempre mais entre os cristãos. No início, em grande parte, seu culto foi influenciado pelos apócrifos, como por exemplo, a comemoração do Trânsito de São José celebrada pelos coptas monofisistas egípcios no dia 20 do mês de julho, já por volta de 1425. A abadia beneditina São Lourenço de Liegi passou a celebrar a festa do *“Patrocínio de São José”* desde o século XIII. Também em Avignon, na França, a denominada *“Confraria dos Agonizantes”* celebrava essa festa do *“Patrocínio de São José”* desde o

ano de 1500, no terceiro domingo da Páscoa e em 1847, o Papa Pio IX a estendeu para toda a Igreja, sendo também celebrada por muitas Ordens e Congregações religiosas. O título do *“Patrocínio de São José”* foi depois absorvido na sua festa principal de 19 de março.

No século XIV algumas Ordens religiosas (Franciscanos, Dominicanos e Carmelitas) celebravam o *“Ofício a São José nutrício e pai adotivo de Jesus”*. A Abadia beneditina de Winchester celebrava a festa de São José desde os anos de 1030, e os Servos de Maria, no decorrer do Capítulo Geral na cidade de Orvieto (Itália), em 1324, foram os primeiros a celebrar a festa de São José. Também os Franciscanos, durante o Capítulo geral em Assis (Itália), no ano de 1399, celebraram a liturgia de São José. Em Milão (Itália), temos notícia de que a festa de São José foi estabelecida no ano de 1467 para o dia 20 de março, mas a partir de 1509 foi marcada para o dia 19 de março.

O Papa Sisto IV concedeu permissão aos Frades Menores, em 1480, para celebrarem a festa de São José no dia 19 de março, dia que já era comemorado em outros calendários litúrgicos. Já o Papa Gregório XV tornou essa festa obrigatória para toda a Igreja e depois, em 1642, o Papa Urbano VIII renovou essa obrigatoriedade. Em 1661, com o pedido de Luís IX, rei da França, a festa de São José se tornou de preceito e o

Papa Clemente XI, em 1714, concedeu a celebração da Missa e do Ofício de São José para o dia 19 de março. O Código de Direito Canônico de 1917, incluiu a *“Comemoração solene de São José, Esposo da Bem-aventurada Virgem Maria”*, como festa de preceito.

A festa dos *“Esponsais de Maria Santíssima com São José”* nós a devemos ao empenho do grande devoto josefino João Gerson, a qual foi adotada pelos Franciscanos em 1537, e depois pelos Servos de Maria e os Cistercienses em 1567, sendo celebrada no dia 23 de janeiro. Em seguida foi celebrada em vários países e Congregações religiosas. Em 1961 esta festa foi suspensa na Igreja, entretanto, foi deixada livre para os lugares que tivessem um motivo particular para celebrá-la.

Dentre as festas litúrgicas com a presença de São José não passou despercebida da devoção dos fiéis a *“Festa da Sagrada Família”* a qual está *“inserida diretamente no mistério da encarnação”*. Esta comemoração era celebrada em Québec, Canadá, em 1664 e depois foi aprovada por Pio IX em 1863 sendo estabelecida por Leão XIII para ser celebrada na Igreja no terceiro domingo da Páscoa do ano 1893. Atualmente esta festa é celebrada no domingo da oitava de Natal. Na verdade, José e Maria foram verdadeiros esposos e por isso esse fato não pode ser apenas uma menção devocional para ilustrar a vida de

Maria. A realidade da vida matrimonial de José e Maria deve ser mais enfatizada, particularmente na catequese aos noivos. Ao mesmo tempo, seria útil que na *“Ladainha de Nossa Senhora”* fosse acrescentada a invocação *“Esposa de José, o justo”*.

Além das três missas em honra a São José, presentes no Missal Romano (19 de março, 1º de maio e o domingo da oitava de Natal), é preciso lembrar que São José recebeu o reconhecimento litúrgico da Igreja nos séculos passados e com decisões particulares dos Papas como aconteceu em 1726 quando o Papa Bento XIII quis que na *“Ladainha dos santos”* o nome de São José estivesse presente nestas invocações depois do nome de João Batista. O nome de São José está presente também na oração *“A cunctis”*, por decisão do Papa Pio VII desde 1815. Também na oração *“Lembraivos, ó puríssimo esposo da Virgem”*, querida por Pio IX em 1863, ou ainda na oração *“Virginum custos et pater”*, para ser rezada antes ou depois da missa e que foi querida pelo mesmo Papa em 1877.

Lembramos também o *“Ofício votivo de São José”* aprovado por Leão XIII em 1883, e a oração *“A vós São José”* também querida por Leão XIII em 1889, para ser rezada durante o mês de outubro, depois da reza do Rosário. Pio X, no ano de 1909, concedeu indulgência para a reza da Ladainha de São José e Bento XV, em abril de 1919, quis um prefácio de São José dentro do

Missal Romano e depois, em 1921, colocou o nome de São José na invocação *“Bendito seja Deus”* e no mesmo ano concedeu indulgência para a reza do *“Pequeno Ofício de São José”*.

Pio IX em 1922, inseriu São José nas orações pelos moribundos do Ritual Romano. João XXIII inseriu no ano de 1962, o nome de São José no cânon da missa e o Papa Francisco colocou, em maio de 2003, o nome de São José nas orações Eucarísticas II, III e IV. Além disso, temos algumas orações indulgenciadas no *“Enchiridion Indulgentiarum”* do ano de 1986, dentre as quais a *“Ladainha de São José”*, a oração *“A vós São José”*, o *“Pequeno Ofício de São José”* e as invocações *“Jesus, Maria e José, eu vos dou meu coração e minha alma”*.

G- São José cultuado nas Instituições religiosas e países

O que vimos até aqui mostra a incidência de São José na vida da Igreja e dos fiéis devotos que sempre manifestaram consideração pelo nosso santo patriarca, e a prova disso é que foram descobertas várias referências sobre ele desde o início do cristianismo como por exemplo uma inscrição encontrada em Nazaré em que se lê: *“Hic erat subditus illis”* (Aqui ele (Jesus) era submisso a eles). Em Belém, debaixo das

ruínas de uma antiga igreja foi encontrada a chamada casa de São José, talvez como referência à gruta de Belém. Os católicos italianos honraram São José com muitas igrejas dedicadas a ele, basta dizer que as informações do *“Anuário católico da Itália”* do ano de 1988, indicava 480 paróquias dedicadas a São José, sendo que a cidade de Crema, região da Lombardia, província de Cremona, foi o lugar onde foi construída a primeira igreja da Itália e do mundo dedicada a São José Operário. São inumeráveis os santuários, as catedrais, as igrejas, as capelas, os mosteiros e abadias dedicados ao nosso santo e espalhados por todo o mundo e que foram construídas por iniciativas de Congregações religiosas, de Papas, de confrarias, de reis, de devotos, etc.

As Congregações religiosas foram as grandes promotoras do culto a São José. Os Capuchinhos dedicaram a São José um convento na cidade de Savona em 1538. O Franciscano Pedro de Alcântara consagrou a sua Província ao Patrocínio de São José e os Carmelitanos Descalços da Espanha o escolheram seu como Patrono em 1540 e os mesmos tiveram a semelhante iniciativa para a Província da França em 1604, e depois para a Província da Alemanha em 1617. Estes ainda escolheram São José como patrono da sua Ordem em 1621. Os Agostinianos Rigoletos também o escolheram como seu Patrono em 1700.

Em 1614, foi fundada e dedicada a São José a abadia das Beneditinas de São José de Châlons e os Frades Menores Conventuais o escolheram como seu especial Patrono em 1744. São José se tornou Patrono da Província do Santo Evangelho dos Franciscanos do México em 1737, e os Cônegos Regulares de Santo Agostinho de Coimbra o escolheram como Protetor em 1755. São José foi escolhido Patrono da Congregação do Santíssimo Redentor e também dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada, assim como da Sociedade de Maria e dos Irmãos Maristas e dos Sacramentinos, dos Barnabitas, dos Oblatos de Maria Virgem, dos Irmãos das Escolas Cristãs, dos Irmãos Missionários de Nossa Senhora de Salette, dos religiosos leigos da Pia Sociedade de São Paulo, denominados Discípulos do Divino Mestre. São José foi também escolhido como Patrono dos Rogacionistas, dos Servos da Caridade, da Ordem dos Cistercienses Reformados e copatrono dos Teatinos, dos Camilianos, da Congregação dos Sagrados Corações, dos Passionistas, dos Estigmatinos, dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, dos Servos de Maria, dos Salesianos, da Opus Dei, etc. São José é também o patrono e o modelo para os religiosos da Congregação dos Oblatos de São José, fundada em 1878 pelo bispo José Marelló; o mesmo se aplica para a Congregação das Oblatas de São José, ramo feminino dos Oblatos de São José.

Nos Institutos femininos encontramos uma significativa quantidade, dentre as quais a Congregação de Santa Maria Madalena, as Servas da Divina Providência, as Irmãs do Sagrado Coração, as Felicianas, as Irmãs da Imaculada Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria, as Monjas Beneditinas da Adoração Perpétua de Nancy, as Pequenas Irmãs dos Pobres, as Servas do Amor Misericordioso, as Irmãs da Imaculada Conceição, as Irmãs da Sagrada Família, as Filhas de Maria Auxiliadora, as Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia, as Adoradoras Perpétuas do Santíssimo Sacramento, as Filhas de Nossa Senhora da Piedade, as Servas da Santíssima Trindade, as Servas Franciscanas do Bom Pastor, as Servas da Divina Providência, as Irmãs Oblatas de São José e uma grande quantidade de outras.

São José recebeu também honras de muitas Confrarias e Associações dentre as quais a “Arquiconfraria de São José dos carpinteiros” de Roma criada em 1540, a “Companhia de São José da Terra Santa”, fundada em 1542, também em Roma, cujos membros eram artistas, arquitetos pintores, engenheiros, etc. Ainda em 1648, foi fundada na igreja de Jesus em Roma, a “Confraria da Boa Morte” que se espalhou por vários lugares com o incentivo dos Papas. Ainda em Roma, em 1860, surgiu a “Arquiconfraria do Cordão de São José”, e seis anos depois o Papa Pio IX

abençoou a “Confraria Maria Santíssima da Saúde de São José e de São Camilo” que tinha a finalidade da ajuda espiritual aos doentes, sobretudo aos moribundos. Em 1875, surgiu a “Pia União das Filhas de São José para o cuidado dos órfãos”. Em 1886, foi instituída a “Pia União do Trânsito de São José”, na igreja de São Carlos Borromeu, em Roma. No ano de 1913, ainda em Roma, junto à igreja “San Giuseppe al Trionfale”, foi instituída por Pio X a “Pia União do Trânsito de São José para a salvação dos moribundos”. A “Sociedade Operária” fundada em 1942 por Luigi Gedda, as “Obras do Santuário Madona do Divino Amor”, a “Tipografia Poliglota Vaticana” e a “Biblioteca Vaticana”. Não devemos nos esquecer de que no ano de 1945 foi promovido pelo episcopado mexicano um “Ano Josefino”, para lembrar o 75º aniversário da proclamação do Patrocínio de São José e também na Polônia no ano de 1987, foi celebrado um “Ano josefino” em concomitância com o “Ano mariano”.

O número das muitas Confrarias e Associações de São José fundadas em Roma, das quais fizemos menção a apenas algumas, é completado por muitas outras espalhadas por toda a Itália, como a “Pia Congregação de São José”, fundada em 1405 em Florência, a “Corporação dos Marceneiros e Carpinteiros de Milão”, que escolheu São José como seu Patrono em 1459. Ainda em Milão foi fundada em 1503, a “Companhia de

Sancto Joseph”, e em Venezia São José foi escolhido como Patrono dos carpinteiros no ano de 1509. Também em Verona foi instituída a “Companhia do Glorioso Patriarca Sancto Joseph” no ano de 1563. Em Palermo foi criada a “Confraria dos Carpinteiros” em 1603, com os Padres Teatinos e da mesma maneira em Urbino no ano de 1501 surgiu a “Companhia de São José”. Em 1512 foi fundada a “Confraria dos Carpinteiros em Venezia” e logo depois, em 1516, surgiu a “Confraria de São José” em Parma. Em 1557 foi instituída a “Confraria de São José” em Bolonha, a qual tinha um oratório próprio e promovia as devoções a São José, dentre as quais a Festa do Trânsito de São José e as sete Dores e Alegrias de São José.

Em suma, torna-se cansativo e repetitivo elencar os nomes, os lugares e anos de surgimento de incontáveis Confrarias, Companhias, Arquiconfrarias, Pia União e outras iniciativas devocionais dedicadas a São José nas localidades da Itália. Cada uma delas com a própria identidade, finalidade e organização. Essas prosperaram muito na Itália, mas não menos na Europa e em outras partes do mundo, como a “Confraria de São José” fundada em 1245, na Ilha de Malta, na cidade de Rabat, a “Confraria da Escravidão do Sagrado Coração do Glorioso Senhor São José” nascida em Sevilha, na Espanha, em 1649, as “Associações de São José” de Valladolid, de Madri, de Pamplona, de Palência, etc.

Temos notícias que na França desde 1370, já havia a “Confraria de São José” em Avinhão e algumas dezenas de outras cidades como em Lião, Lille, Marsília, Toulouse, etc. Na Alemanha essas Associações e Confrarias estiveram presentes desde 1485, na cidade de Colônia, estendendo-se depois para Bonn, Ratisbona, etc. A Bélgica teve suas Associações desde 1623 em Bruxelas, espalhando-se depois para Liegi, Bruges, Lovânia e o mesmo se deu na Áustria a começar por Viena com a instituição da “Associação de São José” no ano de 1694. Já na Polônia encontraram-se essas organizações Josefinas desde 1666 em Lublino, passando depois para Cracóvia, Varsóvia, Kalisz. O mesmo se deu na Irlanda a começar pela “Associação Lâmpada de São José” e depois outra em Dublin em 1819, e assim como em outros países da Europa onde São José não ficou esquecido.

Fora da Europa essas instituições também foram muito florescentes desde a “Confraria dos Escravos do Casto José”, surgida em 1634, na Cidade do México, assim como outras que se estabeleceram nas cidades de Morelia, Puebla, etc. Outros países latino-americanos como o Chile, a Argentina, a Colômbia e o Brasil, da mesma maneira horaram São José com essas instituições. O mesmo se deu no Canadá, Estados Unidos, Índia, China, etc.

Na mesma linha dessas instituições Josefinas não podemos nos esquecer os Patronados de São José que tiveram o guarda do Redentor como Protetor contra perigos, como o que ocorreu no Primeiro Concílio Provincial realizado no México em 1555, em que reconheceu a intercessão de São José contra as tempestades, trovões, raios, chuvas de pedras e terremotos que causavam transtornos nas localidades como na Ciudad Guzmán, Cidade do México, Zapotlán. Muito comum foi colocar sob a proteção de São José instituições como seminários de formação de seminaristas, visto que José foi o educador de Jesus, assim como de escolas, faculdades, bibliotecas, hospitais e com certa frequência em nações, cidades, dioceses, etc. Basta lembrar que desde 1555, o México tem São José como seu Patrono e hoje são quase três centenas de lugares que têm o nome de São José, e também muitas dioceses têm o nosso santo como Patrono, como Culiacán, Oaxaca, Cidade do México, Morelia, Guanajuato. São José foi escolhido para ser o Patrono das Filipinas desde o ano de 1555, e hoje esse país tem várias cidades que o têm como Patrono, dentre as quais a capital Manila.

São José é Patrono de cidades e dioceses importantes como Palermo, Orvieto, Gênova, Parma, etc. O mesmo ocorre com outras cidades e dioceses da Europa como Avinhão na França, Ottawa no Canadá,

Münster na Alemanha, Kalisz na Polônia, Beja em Portugal. O mesmo ocorre para as dioceses de San José na Costa Rica, Caacupé no Paraguai, Antofagasta no Chile, Mérida na Venezuela, Mariana em Minas Gerais, Garanhuns em Macapá, São José dos Campos em São Paulo, São José dos Pinhais e Campo Mourão no Paraná, Santa Fé e Reconquista na Argentina, San José na Califórnia, Hartford, Connecticut, nos Estados Unidos. Esta visão panorâmica e, portanto, não completa, indica a consideração que São José recebeu e continua recebendo no mundo.

Todas essas instituições tiveram como finalidade honrar São José, pedir proteção e graças por meio de orações, liturgias, missas e orações para as almas do purgatório, para os agonizantes, para se obter a graça da boa morte e para promover ações concretas de bem às pessoas, a grupos ou a organizações, como por exemplo para auxiliar doentes, idosos, abandonados, etc.

H- São José honrado nas devoções populares

As devoções populares Josefinas brotadas ao longo dos séculos foram abundantes e variadas a começar de uma das mais conhecidas até hoje como a das *“Sete dores e sete alegrias de São José”*, atribuída a Gennaro Sarnelli, morto em 1744. Temos depois o

“Rosário de São José”, atribuído a João Trithemius, morto em 1516. Outra devoção muito difundida e usada hoje é da *“Ladainha de São José”*, conhecida em Roma desde 1567. O *“Cordão de São José”* foi uma devoção divulgada na Bélgica desde 1659. A devoção dos *“Santíssimos Corações dos Soberanos Senhores Jesus, Maria e José”*, está presente na cidade de Porto, em Portugal, desde 1733; esta passou depois para vários países, inclusive o Brasil. O *“Escapulário de São José”* foi aprovado pela Igreja em 1893.

As *“Sete missas de Santa Tereza em honra a São José”* para se começar do dia 19 de abril e terminar no dia 15 de outubro, na festa de Santa Tereza. O *“Agnus Dei”* representando São José com o lírio na mão direita e o menino Jesus segurando no braço direito e a inscrição *“São José, patrono da Igreja Católica, Leão XIII pontífice máximo”*. As *“Velas bentas de São José”*, abençoadas desde 1875 na Cidade do México, para obter proteção contra os raios e relâmpagos. O *“Culto Perpétuo a São José”* foi iniciado em Milão no ano de 1854, e consiste em dedicar um dia a São José a cada mês do ano. A *“Corte a São José e à Sagrada Família”* que consiste na visita mensal da imagem dos três personagens. A *“Visita mensal da imagem de São José”* nas famílias, estabelecimentos comerciais, escolas, etc. O *“Terço perpétuo de São José”* que consiste na recitação, no decorrer do dia, de um Pai nosso, sete

Ave-Marias e um Glória em honra das Sete dores e Sete Alegrias de São José. A *“Novena perpétua de São José”* a ser rezada todos os dias 19 de cada mês. O *“Pequeno Ofício de São José”*. O *“Rosário do devoto de São José”*. Os *“Sete dias ou Sete quartas-feiras”* em que se horam os seus principais privilégios. A prática do *“Mês de março”* dedicado a São José e enfim, dezenas de outras devoções.

Algumas das práticas devocionais a São José receberam mais ênfase e importância e até hoje são muito praticadas como as *“Dores e Alegrias de São José”* que teve a sua origem com João de Fano, um capuchinho morto em 1539. A origem dessa prática deve-se ao acontecimento relatado por João de Fano que dois franciscanos navegavam em direção à região flamenga da Bélgica e o navio em que estavam com 330 pessoas afundou. Os dois, perdidos no mar três noites e três dias, pediram a salvação a São José do qual eram muito devotos. São José pareceu-lhes numa figura bem jovem, saudou-os, animou-os e fortalecidos tiveram forças para se salvarem. Em terra os dois religiosos agradeceram a Deus e pediram qual era o nome do jovem que tinha aparecido e este se identificou como São José.

II

SÃO JOSÉ NAS CONSIDERAÇÕES TEOLÓGICAS

A- São José, fiel vocacionado

O evangelista Mateus relata que José era prometido em casamento a Maria com essas palavras: *“A origem de Jesus Cristo foi assim: Maria sua mãe, comprometida em casamento com José, antes que coabitassem achou-se grávida pelo Espírito Santo”* (1,18). O evangelista explicita que José e Maria eram esposos ao invés de noivos, mesmo que não vivessem sob o mesmo teto, visto que no mundo judaico, o noivado era um verdadeiro empenho legal e comportava os efeitos jurídicos do matrimônio; assim a noiva já pertencia ao noivo como esposa, inclusive a infração do vínculo do noivado era condenada segundo a lei como pena de adultério com a lapidação (Dt 22, 23-27). Isso é atestado por Filão de Alexandria ao afirmar: *“Para nós o contrato de noivado e o casamento têm o mesmo valor”*³⁷.

Os artistas apresentam a cena do casamento em que José coloca a aliança no dedo de Maria, como na pintura de Rafael em que eles se encontram no Templo

³⁷ *De specialibus legibus III,72*

de Jerusalém para a cerimônia. Naturalmente cenas assim são inspiradas nos apócrifos, pois nenhum sumo sacerdote tomava parte numa cerimônia de casamento dentro do rito civil. Muito menos porque a cerimônia de casamento de José e Maria não foi realizada no Templo de Jerusalém, mas na casa de um dos dois em Nazaré, com uma cerimônia muito simples, em que conforme o costume, o pai da noiva entregava a filha ao noivo com essas palavras: “ *Tomai-a, ele te é dada como esposa segundo a lei e o decreto escrito no livro de Moisés... Que o Deus do céu te acompanhe com a sua paz*” (Tb 7,13-14).

Nos costumes daquele tempo, o noivo por ocasião do matrimônio, devia dar ao sogro uma quantia em dinheiro como compensação da mão de obra da filha que não mais ajudaria a família e que poderia também servir de eventual ajuda financeira no caso de a jovem receber o divórcio ou se ficasse viúva, e, segundo alguns papiros encontrados no Egito, esse dinheiro era propriedade da esposa e tal soma era inclusive registrada no documento do casamento.

Depois do contrato do noivado, era costume a noiva passar um ano na casa do pai antes de ir conviver com o esposo, e foi durante esse período que aconteceu para Maria e José o fato que mudou os projetos deles e também a história do mundo com a encarnação de Jesus. Maria foi visitada por um anjo que

Ihe comunicou o projeto de Deus sobre ela dizendo-Ihe que Deus a tinha escolhido par ser a Mãe do Messias Salvador, e ela humildemente respondeu *“Eis aqui a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a vossa vontade”* (Lc 1,38).

A inabalável confiança de Maria em Deus fez com que ela assumisse esse compromisso sem consultar José com o qual tinha o compromisso do matrimônio. José, portanto, no início não teve conhecimento da maternidade divina de sua esposa, a qual acolheu o menino em seu ventre virginal obedecendo à Palavra de Deus. Somente ela tinha consciência daquilo que mais tarde o apóstolo Paulo dirá com essas palavras: *“Quando chegou a plenitude do tempo, enviou Deus o seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob a Lei, para remir os que estavam sob a Lei, a fim de que recebêssemos a adoção filial”* (Gl 4,4).

Maria conservou no segredo do seu coração esse tesouro, mas não por muito tempo ela o guardou para si, pois tinha a necessidade de partilhar esse segredo com José, seu esposo a quem ela amava. José por sua vez, ao ser informado pela boca de Maria desse misterioso acontecimento, não desconfiou dela e nem pensou em qualquer hipótese de infidelidade porque a amava e conhecia a grandeza do seu coração. Apenas sentiu-se indigno de partilhar a sua vida com ela tamanha era a grandeza e a santidade e tamanho era o

dom que sua esposa tinha recebido de Deus. Ele sentiu-se muito pequeno diante do grande mistério e por isso pensou em deixá-la, conforme relata o evangelista, porque era homem justo (Mt1,19), não julgava, não condenava, pois se assim não fosse poderia facilmente dar à sua esposa o divórcio bastando apenas apresentar-lhe uma declaração com a fórmula do rito de *divórcio* “*Eu hoje me divorcio e te repudio de minha livre vontade*”, e Maria estaria livre, da mesma maneira como qualquer mulher e podia casar-se a partir de então com quem quisesse.

Contudo, José ao ouvir a voz de Deus por meio do mensageiro celeste “*José, filho de Davi, não temas receber Maria, tua mulher, pois o que nela foi gerado vem do Espírito Santo*” (Mt 1, 20) tomou imediatamente a decisão de obedecê-lo e assim a sua angústia e tristeza imediatamente desapareceram e preparou-se para recebê-la em sua casa.

A decisão de José em receber Maria em sua casa fez com que em seguida eles realizassem conforme o costume o rito do matrimônio com uma festa cheia de alegria que começou na casa dos pais de Maria com as felicitações, cabendo em seguida a José conduzi-la até a sua casa em meio às festas, sendo Maria acompanhada pelas amigas com tochas nas mãos em meio à noite como bem lembra uma passagem de Mateus (25,1-13)

o costume da época. Festa esta que prosseguia por dias sempre com a presença do vinho e de muita alegria.

No diálogo com o anjo José recebeu a ordem de colocar o nome de Jesus ao menino: *“tu o chamarás com o nome de Jesus, pois ele salvará o seu povo dos seus pecados”* (Mt 1,21). A partir daquele momento José se responsabilizou pela educação de Jesus ensinando-lhe as orações , os ritos do sábado, as diversas festividades, sobretudo da Páscoa que se celebrava no âmbito familiar, as peregrinações ao Templo de Jerusalém realizadas todos os anos *“Seus pais iam todos os anos a Jerusalém para a festa da Páscoa”* (Lc 2, 41). Tocou a José a tarefa de educar o seu filho ao trabalho ensinando-lhe uma profissão e sendo ele um carpinteiro, ensinou a Jesus essa mesma profissão, a ponto de Jesus ser identificado como *“Não é ele o filho do carpinteiro”*(Mt 13,55) ou como o carpinteiro: *“Não é este o carpinteiro...?”* (Mc 6,3).

B- São José, o descendente de Davi que transmitiu a descendência davídica a Jesus

No exercício de sua paternidade sobre Jesus, José transmitiu-lhe a descendência davídica, e conforme ensina Stramare, *“a genealogia de Jesus nos ajuda a ler os eventos da história Sagrada que se desenvolveram ao*

longo dos séculos ao redor de personagens que de Abraão chegou até Jesus". José conclui a série destes personagens, sendo ele o mais perto de Jesus, ou seja, o último elo da corrente genealógica. É um elo, todavia, diferente dos outros, pois para ele não é usado, como para os outros personagens, o verbo "gerou". De fato, Mateus escreve: "*Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado Cristo*" (1,16).

É importante considerar que Mateus transmite uma genealogia e Lucas outra. A genealogia de Lucas (3,23-38) é colocada no início da vida pública de Jesus, depois que João o batizou e desceu sobre ele o Espírito Santo em forma corporal de pomba, e se fez ouvir uma voz do Céu: "*Tu és o meu filho bem-amado; eu, hoje, te gerei*" (Lc 3, 22). Junto com a identidade de Jesus que é proclamado "*Filho de Deus*", Lucas coloca a sua origem humana que tinha na época por volta de trinta anos e filho, como se supunha, "*ut putabatur*", expressão latina da qual deriva o adjetivo "*putativo*", ou seja, era considerado como tal filho de José, filho de Eli, e vai subindo passando por Davi depois Abraão até Adão, e, por fim, chega a filho de Deus. Como Lucas escreve para os cristãos provindos do paganismo, a sua visão se estende a toda humanidade à qual Jesus, mesmo sendo Filho de Deus, pertence como verdadeiro filho de Adão a toda a humanidade.

Por outro lado Mateus (1,1-17) nos dá a genealogia de Jesus denominado repetidamente como “Cristo”, título que para Mateus que escreve para uma comunidade cristã formada por Judeus tem uma importância especial. A palavra “Cristo” é a forma grega de Messias, ungido, consagrado. Mateus sabendo que Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo defende a descendência davídica de Jesus, indispensável perante os hebreus para o seu reconhecimento como “Aquele que deve vir”. Lembremos a pergunta dirigida por João Batista a Jesus: “És tu aquele que há de vir ou devemos esperar outro?” (Mt 11,3). Sabemos que os hebreus enquadravam o Messias em categorias precisas, mesmo se não concordantes, e queriam verificá-las. A principal destas categorias era a sua descendência davídica. Daqui decorre a genealogia que por meio de Davi remonta até Abraão “*Livro da origem de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão*” (Mt 1,1) e de Abraão chega gradativamente, divididas em três grupos de 14 gerações cada uma até Jesus, passando pelo rei Davi (Mt 1, 6). O ciclo de genealogias termina em José que não gerou Jesus, pois este foi concebido por obra do Espírito Santo, mas que, todavia, tem a referência a José “*o esposo de Maria da qual nasceu Jesus, chamado Cristo*”. (Mt 1, 16). O título de “*esposo de Maria*” é necessário porque José é “*filho de Davi*” como evidenciado, além da genealogia, também pelas

palavras do anjo: *“José, filho de Davi”* (Mt 1, 20), para que se possa inserir Jesus com a mesma qualificação na genealogia davídica. Todas as vezes que Jesus é chamado pelo povo de *“filho de Davi”* está implicitamente reconhecida a sua filiação de José. José é o esposo de sua mãe Maria, reconhecimento indispensável para ele ser chamado *“Messias”*.

Devemos entender que Mateus no início da genealogia coloca Abraão porque é dele que vem o povo da promessa. Nesse sentido a Constituição dogmática sobre a Revelação Divina Dei Verbum, no número 14 afirma que *“Deus amantíssimo, desejando e preparando com solícitude a salvação de todo o gênero humano, escolheu por especial providência um povo a quem confiar as suas promessas”*. A carta aos Gálatas confirma esse projeto de Deus afirmando: *“as promessas foram asseguradas a Abraão e à sua descendência...à tua descendência que é Cristo”* (Gl 3,16), portanto, Jesus é a promessa realizada; *“Todas as promessas de Deus encontraram nele o seu sim”* (2 Cor 1,20) e tudo se originou na vocação de Abraão (Gn 12,1-3). Para Abraão é dado o título de nosso pai na fé (Hb 11,8-19) e Deus conclui com Abraão uma aliança (Gn 15,18) e manteve a sua promessa mesmo quando Abraão tinha cem anos e sua esposa Sara 99 anos (Gn 17,17).

Depois de Abraão, o personagem mais importante na genealogia de Jesus é Davi, que tem o título de rei (Mt 1,6), por isso Mateus apresenta muitas vezes Jesus como o filho de Davi, título indispensável para Jesus ser reconhecido como Messias. Paulo também reitera que Cristo nasceu da descendência de Davi: *“nascido da estirpe de Davi segundo a carne”* (Rm 1,3).

O ápice do projeto de Deus para a salvação da humanidade por meio de seu Filho Jesus Cristo, se realizou com José e Maria sua esposa, e José na árvore genealógica é o descendente de Davi mais próximo de Jesus. É pela sua presença que Jesus pode ser chamado de filho de Davi e ser reconhecido como Messias. Portanto, a genealogia de Jesus passa por José o *“filho de Davi”* (Mt 1,20), da casa de Davi, casado com Maria (Lc 1,27) e que fez o recenseamento em Belém *“por ser da casa e da família de Davi”* (Lc 2,4)

Os Patriarcas, começando por Abraão, receberam muita importância na história do povo de Deus, contudo, José é lembrado na Igreja como *“Lumen Patriarcharum”*, ou seja *“Esplendor dos Patriarcas”*, pois como afirma João Paulo II ele é *“O homem justo, que trazia em si o patrimônio da Antiga Aliança, foi também introduzido no “princípio” da nova e eterna Aliança em Jesus Cristo³⁸.”* Isto quer dizer que, se por

³⁸ RC 32

um lado José resume em si todo o Antigo Testamento, por outro lado ele se coloca claramente no início Novo Testamento. Mesmo que José não deu origem à existência da pessoa de Jesus, que é divina e eterna, Ihe é reconhecida a sua qualidade de Patriarca e o seu nome está na árvore genealógica como um elo insubstituível, e tirar o seu nome dela seria cancelar também todos os outros nomes da genealogia incluindo Davi e Abraão.

A genealogia de Jesus é especial exatamente porque é a promessa mesma de Deus que se realizou de forma singular em Jesus! Disto temos que o título que autoriza José a ocupar o lugar mais importante na árvore genealógica de Jesus Ihe é concedido por ser *“esposo de Maria”*, como Mateus deixa claro: *“Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado Cristo”* (Mt 1,19).

A Igreja ao autenticar a genealogia de Jesus nada mais fez do que reconhecer a José o direito que Ihe advém sobre Jesus. Pelo fato que a José Ihe são reconhecidos de pleno direito os títulos de *“filho de Davi”* e de *“esposo de Maria”*, não há como negar-Ihe o pleno reconhecimento daquele título mais alto que destes era uma consequência, ou seja, o título de *“pai de Jesus”*. Se confrontarmos os títulos de José com aqueles dos personagens mais importantes da história do povo escolhido será fácil deduzir que São José é

entre todos a figura mais eminente e tudo isso pode ser extraído da genealogia, aparentemente árida, mas densa de significado e de doutrina.

Os cristãos ao levarem em consideração a afirmação do profeta Isaías: *“Um ramo sairá do tronco de Jessé, um rebento brotará das suas raízes”* (Is 11,1), expressaram a estima pelos antepassados de Jesus, apresentando em livros e em paredes de igrejas a genealogia de Jesus e denominando-a de *“Árvore de Jessé”*, indicação do nome do pai de Davi. Para sublinhar a importância reconhecida ao longo dos séculos por esse título, chama-nos a atenção duas famosas *“Árvores de Jessé”*; uma em mosaico que se encontra na basílica da Natividade em Belém, lugar do nascimento de Jesus, onde são lembrados os seus antepassados *“segundo a carne”* com a representação da *“Árvore de Jessé”* ilustrada por dois ramos que representam respectivamente a genealogia de Lucas e de Mateus. Ainda, nessa basílica da Natividade se pode contemplar as figuras de alguns descendentes de Davi em que São José é ilustrado na frase: *“Ioseph virum Mariae”* (José, esposo de Maria). A outra trata-se de um afresco presente na capela Sistina do Vaticano onde se encontra o nome dos antepassados de Jesus no centro das *“lunetas”* (frestas ovais na parede) em que Michelangelo quis *“emoldurar”* toda a história bíblica do Antigo Testamento com a *“Árvore de Jessé”*.

C- São José esposo de Maria

Para São José desempenhar o seu chamado foi necessário que assumisse o matrimônio com Maria e que, conseqüentemente, assumisse a função de pai do Filho de Deus aqui na terra. Essas duas atribuições assumidas por ele rendeu-lhe toda a sua dignidade e santidade. Antes de tudo Deus o chamou para ser o esposo da Mãe de seu Filho por meio do matrimônio com o qual se realizou plenamente o dom esponsal deles próprios, acolhendo e exprimindo o amor, ou seja, o amor de Deus pela humanidade revelado por meio do seu Filho. Esse matrimônio foi o vértice do qual a santidade se espalhou para toda a terra, pois Jesus iniciou a sua obra de salvação com a união virginal e santa desses santos esposos na qual ele manifestou a sua onipotente vontade de purificar e santificar a família, santuário de amor e berço da vida, conforme explicita a Redemptoris Custos.

Por isso, a família de Nazaré é um referencial para as famílias, visto que a essência e os deveres da família são definidos pelo amor *“Uma vez que a essência e as funções da família se definem, em última análise, pelo amor e que à família é confiada a missão de guardar, revelar e comunicar o amor, qual reflexo vivo e participação do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo pela Igreja sua Esposa”, é na Sagrada*

*Família, nesta originária 'Igreja doméstica', que todas as famílias devem espelhar-se. Nela, efetivamente, por um misterioso desígnio divino, viveu escondido durante longos anos o Filho de Deus: ela constitui, portanto, o protótipo e o exemplo de todas as famílias cristãs"*³⁹.

Não achemos estranho, portanto, que o matrimônio de Maria e José não se contraponha à virgindade, mas que está inclusive ao seu serviço, pois aquilo que se realiza em Maria por obra do Espírito Santo exprime uma especial confirmação do liame sponsal existente já antes entre eles. Por isso, por meio do dom de si mesmo José teve para com Maria todo o respeito que o plano de Deus exigia em relação a ela; ele amou Maria com todo respeito permitindo-lhe realizar a sua vocação como Mãe do Verbo, pois ela não foi para ele um 'objeto', mas o 'cosujeito' de sua existência.

São José é, portanto, para todos os cristãos um insuperável modelo de vida, pois com sua *"religiosa escuta da Palavra de Deus"* torna-se o referencial assim como um especial mestre no serviço à missão salvífica de Cristo, tarefa que compete a todos cristãos. Os cristãos se espelhando nele têm mais facilidade para o cumprimento desta tarefa, pois ele é *"o modelo dos humildes, que o Cristianismo enaltece para grandes destinos; é a prova de que para serem bons e autênticos*

³⁹ Rc 7

seguidores de Cristo não se necessitam ‘grandes coisas’, mas requerem-se somente virtudes comuns, humanas, simples e autênticas”⁴⁰.

Para designar a paternidade de São José, a Igreja usa muitas vezes o adjetivo “*putativo*”, termo bíblico usado em Lucas (3,22-23) que, como já explicamos, provém da palavra “*putabatur*” para dizer “*como se acreditava*”. A paternidade de José está inserida dentro do mistério da encarnação de Jesus, de maneira que a sua paternidade é verdadeira, pois dentro dessa família José é pai. É assim que entendemos as palavras de Maria: “*teu pai e eu, aflitos, te procurávamos*”. (Lc 2,48). “*Não se trata de uma frase convencional: as palavras da Mãe de Jesus indicam toda a realidade da Encarnação, que pertence ao mistério da Família de Nazaré. José, que desde o princípio aceitou, mediante a obediência da fé, a sua paternidade humana em relação a Jesus, seguindo a luz do Espírito Santo que por meio da fé se doa ao homem, por certo ia descobrindo cada vez mais amplamente o dom inefável desta sua paternidade”⁴¹.*

Sendo verdadeiro pai de Jesus, a sua “*paternidade, porém, não é só “aparente”, ou apenas “substitutiva”; mas está dotada plenamente da autenticidade da paternidade humana, da*

⁴⁰ Rc 24

⁴¹ RC 21

*autenticidade da missão paterna na família*⁴². Nesse sentido, o amor de São José por Jesus foi plenamente o amor de um pai, e nesse sentido, João Paulo II deixa bem claro ao ensinar que a sua paternidade expressou-se concretamente *“em ter feito da sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da Encarnação e à missão redentora com o mesmo inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, da sua vida e do seu trabalho; e em ter convertido a sua vocação humana para o amor familiar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa*⁴³. Portanto, não é concebível que a uma tarefa tão sublime não houvesse as qualidades requeridas para desenvolvê-la, por isso, *“importa reconhecer que José teve, em relação a Jesus, por especial dom do Céu, todo aquele amor natural e toda aquela solicitude afetuosa que o coração de um pai possa experimentar*⁴⁴. O ministério da paternidade de São José transformou-se num ministério de salvação, pois ele colaborou com o grande mistério da redenção, ministério deveras sublime que, segundo Leão XIII, se impõe entre todos na sua grande

⁴² RC 21

⁴³ RC 8

⁴⁴ RC 8

dignidade, porque, por divina disposição, José foi guarda e na opinião dos homens, pai do Filho de Deus.

D- São José pai de Jesus

Depois de contemplar José como esposo de Maria devemos voltar as nossas atenções para a sua paternidade, pois ela está intimamente ligada ao seu matrimônio com a Mãe de Jesus. Sabemos que Fausto negava a descendência davídica de Jesus porque ele não foi gerado por José; Agostinho respondeu a essa afirmação que se Mateus elencou a genealogia de Jesus até José e não até Maria foi porque precisava honrar sobremaneira a pessoa de seu marido devido ser do sexo masculino. Em seguida Agostinho pergunta por que a genealogia não devia ser por meio de José? Será que José não era esposo de Maria? Quem pode provar que não? De fato, a Escritura afirma por meio da autoridade do anjo que ele era esposo de Maria. Também José recebeu a ordem de impor o nome ao menino, mesmo se não tinha nascido de seu sêmen.

A Igreja sabe que Jesus não nasceu do sêmen de José, visto que a ele, preocupado com a gravidez de Maria foi dito que Jesus era concebido *“de Spiritu Sancto est”* (do Espírito Santo). Todavia, a autoridade paterna não lhe vem tirada, dado que lhe foi ordenado de impor o nome ao menino. A própria Virgem Maria

era bem consciente de não ter concebido Cristo da união sexual com José, todavia o chama pai de Cristo, conforme defende Santo Agostinho⁴⁵.

É importante sabermos que para Agostinho o ponto central da paternidade de José é sempre o seu matrimônio com Maria e por isso afirmou que *"devido a esse fiel matrimônio, ambos merecem ser chamados pais de Cristo e não apenas ela mãe, mas também ele, seu pai, da mesma maneira que era esposo de sua mãe, pai e esposo por meio da mente e não da carne"*⁴⁶. Agostinho ressalta que o evangelista Lucas relata que Cristo nasceu de Maria virgem e não da união sexual com José, e por isso o chama seu pai porque é esposo de Maria em virtude da união conjugal⁴⁷. Por isso, completa Agostinho, que o que o Espírito Santo realizou, Ele o realizou para ambos e fundamentando-se na justiça de ambos, deu a ambos o filho. Realizou naquele sexo que devia dar à luz, mas de maneira que nascesse também para o marido. O anjo comunicou a ambos a tarefa de impor o nome ao menino e assim vem declarada a autoridade dos pais.

Por ser José o pai de Jesus, o Papa Pio XI numa de suas catequese apresentadas no dia 23 de maio de 1929, afirmou que Maria e José, duas presenças

⁴⁵ *Sermo 51,10,16: PL 38, 342*

⁴⁶ *De nuptiis et concupentia, 1, 11, 12: PL 44, 421*

⁴⁷ *De consensu evangelistarum, 2, 1.: PL 34, 1072*

edificantes no horizonte do bem, dois coeficientes da educação de Jesus, oferecem o primeiro e divino exemplo da educação cristã. Também o Papa Paulo VI afirmou, ao refletir sobre o relacionamento entre José e Jesus, que José *“não deu a Jesus a geração física, mas deu o estado civil, a classificação social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar e a educação humana”*. Santo Tomás enfatiza a importância da missão do pai na educação do filho com estas palavras: *“é claro que para a educação do homem não é exigido apenas o cuidado da mãe, da qual ele se alimentou, mas muito mais o cuidado do pai que tem o dever de instruí-lo, de defendê-lo e de ajudá-lo a se aperfeiçoar; é ao pai que toca a educação da prole”*⁴⁸.

Entre os mistérios da vida escondida de Jesus, da qual José foi o *“minister salutis”*, a Exortação apostólica Redemptoris Custos elenca também o seu dever de *“o alimentar, vestir e instruir Jesus na Lei e num ofício, em conformidade com os deveres estabelecidos para o pai”*⁴⁹. São José se dedicou com piedoso empenho na educação de Jesus, como afirmou Santo Irineu, por isso o Papa João Paulo II viu nessa responsabilidade, Maria e José, educadores de Jesus e modelos para todos os educadores. José e Maria *“sustentam (os pais) nas grandes dificuldades que a família se encontra hoje e*

⁴⁸ S Th., I-II, q. 154, a.2 in c

⁴⁹ RC 16

mostram a eles o caminho para se chegar a uma formação incisiva e eficaz dos filhos. A experiência educadora deles constitui um ponto de referência seguro para os pais cristãos, chamados em condições sempre mais complexas e difíceis a colocarem-se ao serviço do desenvolvimento integral da pessoa de seus filhos”.

Não resta dúvida da função paternal de José em relação a Jesus, pois o próprio Espírito Santo atribuiu a São José o direito de sua paternidade, e como explica Santo Agostinho, *“Aquilo que o Espírito Santo realizou, realizou em todos os dois (Maria e José). Sendo ambos justos e satisfazendo na justiça de ambos, o Espírito Santo deu um filho a todos os dois. Agindo, entretanto, naquele sexo que devia dar à luz, o fez de maneira que nascesse também para o marido. E assim, o anjo diz a ambos de dar o nome ao menino, declarando a autoridade dos pais”*⁵⁰. Na mesma linha de pensamento de Agostinho, está também Orígenes que declara que o Espírito Santo *“honrou São José com o nome de pai”*, e João de Cartagena discorre sobre a *“simpatia”* entre o Espírito Santo e São José, declarando que *“Sendo o Espírito Santo o coração de Deus e certamente afirmando que José era um homem segundo o coração de Deus, é como se dissesse que ele procurou um homem conforme ao Espírito Santo, e se é possível*

⁵⁰ Agostinho, Sermo 51, 2º,30: PL 38,350

*exprimir-se dessa maneira, ele teve de qualquer maneira uma certa simpatia por ele*⁵¹.

Portanto, o Espírito Santo ao qual é atribuída a prodigiosa concepção de Maria (Mt 1,18.20; Lc 1,35) não pode deixar de agir também em José, visto que o liame esponsal existente entre Maria e José foi confirmado nas palavras do anjo: *“Não tenhas medo de tomar Maria como sua esposa”*. Santo Tomás explicita bem essa verdade quando afirma que se *“deve acreditar que a bem-aventurada Mãe de Deus foi levada a casar-se por um ‘familiari instinctu spiritus sancti’ (por um familiar instinto do Espírito Santo)*⁵² ou seja, por uma particular ação divina a qual envolve também São José. João Paulo II ilumina mais esse pensamento de Santo Tomás ao ressaltar o seu amor paternal por Jesus quando afirma que *“José, obediente ao Espírito, encontra precisamente nele a fonte do amor, do seu amor esponsal de homem; e este amor foi maior do que aquele homem justo poderia esperar, segundo a medida do próprio coração humano”*⁵³.

São José recebeu de Deus o chamado para ser o guarda de seu Filho, mas não apenas como simples guardião e sim como seu pai. Na verdade, essa é uma

⁵¹ João de Cartagena, Lib, 9, hom.7, in J. Vives, *Summa Josephina, Romae 1907, 157, 884*

⁵² S. Th., III. Q,29, a. 1 in c.

⁵³ Rc 19

exigência da encarnação que requer não só que o Filho de Deus seja *“nascido de uma mulher”* (Gl 4,4) por *“obra do Espírito Santo”* (Mt 1,18), mas para que o seu crescimento *“em sabedoria idade e graça”*(Lc 2,52) acontecesse dentro das leis do desenvolvimento humano; daí ser indispensável a figura paterna. É, portanto, perfeitamente correto à encarnação a presença de Maria como uma *“virgem desposada com um varão, chamado José, da casa de Davi”* (Lc 1,27). A explícita referência ao estado civil de Maria está diretamente unida à paternidade de José e o matrimônio constitui o seu fundamento.

Na verdade, seu casamento com Maria é o fundamento jurídico da sua paternidade, pois foi para assegurar a proteção paterna a Jesus foi que Deus o escolheu para ser esposo de Maria. Por isso, a Igreja ensina que se é importante professar a concepção virginal de Jesus, não menos importante é defender o matrimônio de Maria com José, pois *“o filho de Maria é também filho de José, em virtude do vínculo matrimonial que os une. Por motivo daquele matrimônio fiel, ambos mereceram ser chamados pais de Cristo, não apenas a Mãe, mas também aquele que era seu pai, do mesmo modo que era cônjuge da Mãe, uma e outra coisa por meio da mente e não da carne. Neste matrimônio não faltou nenhum dos requisitos que o constituem: ‘Naqueles pais de Cristo realizaram-se*

todos os bens das núpcias: a prole, a fidelidade e o sacramento. Conhecemos a prole, que é o próprio Senhor Jesus; a fidelidade, porque não houve nenhum adultério; e o sacramento, porque não se deu nenhum divórcio”⁵⁴.

O matrimônio de José com Maria foi por exigência da encarnação de Jesus e por isso essa união teve um motivo histórico e um motivo teológico. O motivo histórico foi para assegurar a Jesus por meio dessa instituição jurídica a descendência davídica, fato indispensável para que Jesus fosse reconhecido como Messias. Já o motivo teológico foi para que a humanidade de Jesus tivesse contato com essa primeira e fundamental instituição humana, o matrimônio, a fim de que ele pudesse purificá-la e santificá-la.

Rezamos no hino *“Caelitum Joseph, decus”* (José, o louvor e a glória dos céus) que o Criador quis que José fosse chamado *“pai do Verbo”*; ora, esta afirmação está em perfeita consonância com o que Lucas diz a seu respeito chamando-o pai (Lc 2,48) e Jesus o *“filho de José”* (Lc 3,23). Contudo, é importante ter em consideração que José não é designado pai do Verbo e certamente por isso o Papa João Paulo II não deu nome à sua Exortação apostólica sobre São José de *“Redemptoris Pater”*, mas *“Redemptoris custos”*, porque o *“guarda”* não necessariamente deve ser o pai.

⁵⁴ RC 7

Ao definir São José como “*guarda*” e não como “*pai*”, em nada é tirada a sua dignidade e a sua função como tal, pois ele se tornou o “*depositário singular do mistério escondido desde todos os séculos em Deus*”⁵⁵, e sua vida não teve outro sentido a não ser de servir a Jesus e à sua mãe, como muito bem expressou o Papa Paulo VI a esse respeito: “*São José se colocou imediatamente à disposição dos desígnios divinos a sua liberdade, a sua legítima vocação humana, a sua felicidade conjugal, aceitando da família, a condição, a responsabilidade e o peso, e renunciando por um incomparável amor virginal ao amor conjugal natural que a constitui e a alimenta, para dessa maneira se oferecer como sacrifício total toda a sua existência às imponderáveis exigências da surpreendente vinda do Messias*”⁵⁶.

Em conclusão, precisamos levar em consideração o fato de que São José é o “*ministro da salvação*” e essa realidade depende de sua paternidade, por isso, a Josefologia tem seu princípio fundamental na sua paternidade. A família de Nazaré está inserida no mistério da encarnação e ela própria constitui um mistério e a este mistério pertence a paternidade a qual é exercida por São José como verdadeiro pai, como explicita a Redemptoris Custos ao afirmar que “A

⁵⁵ Rc 5

⁵⁶ Omelia Del 19 marzo 1969

Família de Nazaré, diretamente inserida no mistério da Encarnação, constitui ela própria um mistério particular. E ao mesmo tempo - como na Encarnação - é a este mistério que pertence a verdadeira paternidade: a forma humana da família do Filho de Deus, verdadeira família humana, formada pelo mistério divino”⁵⁷.

Ao dar a devida importância à paternidade de São José precisa também considerar o seu matrimônio com Maria, como já afirmamos, pois é dele que nasce a família e é dela que a sua paternidade recebe o fundamento jurídico, embora essa paternidade não depende deste matrimônio, dado que Maria concebeu por obra do Espírito Santo. Contudo, João Paulo II ressalta a importância desse matrimônio para o reconhecimento jurídico da paternidade de José com esta afirmação: *“Se por um lado é importante professar a concepção virginal de Jesus, por outro, não é menos importante defender o matrimônio de Maria com José, porque é deste matrimônio que depende, juridicamente, a paternidade de José”⁵⁸.*

⁵⁷ Rc 21

⁵⁸ Rc 7

E- José e Maria viveram a virgindade matrimonial

Ao reconhecermos que José e Maria se casaram e que dentro desse matrimônio Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo, precisamos necessariamente abordar a questão da virgindade de ambos dentro desse matrimônio. São João Paulo II em uma de suas alocações de 21 de agosto de 1996, pergunta qual a razão de Maria ter aceitado o casamento com José se ela tinha o propósito de manter-se sempre virgem, e responde que Lucas é ciente de tal situação, mas ele não dá uma explicação. Contudo, o Papa procurou a explicação para este questionamento já presente há séculos, afirmando que na antiguidade se dava ênfase à virgindade de Maria e por isso se procurou exagerar sobre a idade avançada de São José a ponto de reduzi-lo dentro de seu matrimônio, a um simples guarda da virgindade de Maria, como por exemplo, a posição dos apócrifos que o viam com a idade de noventa anos, o que gerou uma reação de São Jerônimo classificando esta posição dos apócrifos de “*deliramenta apocryphorum*” (delírio dos apócrifos)⁵⁹.

Houve alguns pensadores que quiseram reduzir a virgindade de Maria e José a um simples simbolismo teológico. Ao nosso encontro veio João Paulo II que procurou responder a posição quanto à idade avançada

⁵⁹ Jerônimo, *Adversus Helvidium*, 19: PL 23,203

de José, afirmando que se deve considerar que ele não era um homem idoso, e quanto à dificuldade de conciliar a juventude de Maria com a sua virgindade ele considerou que a perfeição interior de São José, fruto da graça, o levava a viver com afeto virginal o relacionamento esponsal com Maria. Para o Papa é preciso levar em consideração que a realização concreta do mistério da encarnação exigia o nascimento virginal de Jesus para colocar em evidência a filiação divina e também a necessidade de uma família que pudesse assegurar o normal desenvolvimento da personalidade do menino. Por isso, José foi *chamado a viver de maneira particular o matrimônio por meio da comunhão virginal com Maria. Deus o chamou para colaborar na realização do seu desígnio de salvação.*

É preciso que consideremos ainda a questão desse matrimônio virginal, ou seja, o voto de virgindade de Maria, pois como conciliar esse seu voto com seu matrimônio dado que o seu consenso ao matrimônio seria inválido se tivesse feito o voto de virgindade? Tomás de Aquino deu a resposta a esta questão considerando que *“Maria não fez o voto de virgindade de maneira absoluta antes de se casar com José, também se tivesse o desejo, mas remeteu a sua vontade de ser virgem perpetuamente à vontade de Deus, e por*

*isso fez o voto de forma condicionada, ou seja, se esta fosse a vontade de Deus*⁶⁰.

Depois que Maria se casou, conforme os costumes do tempo, ela compreendeu que a sua vontade era aceita por Deus e por isso juntamente com José, e antes do anúncio do anjo, emitiu o voto de virgindade de maneira absoluta⁶¹. Neste ponto entra em questão São José, do qual dependeu o voto de Maria dado que, como explica Santo Tomás, *“os cônjuges estão ligados entre si ao dever conjugal que impede a continência, e um não pode fazer voto de continência sem o consenso do outro e se o faz peca”*⁶². Em razão disso Maria não fez o seu voto de virgindade de maneira absoluta antes do casamento com São José, mas depois, quando estava convencida de realizar o seu ideal de virgindade sem prejudicar os direitos de São José, pois *“A bem-aventurada Virgem, antes de contrair o matrimônio com José foi divinamente assegurada que José tinha a mesma intenção, e por isso, não se expôs ao perigo em esposá-lo”*⁶³.

Maria quis casar-se *“por um familiar instinto do Espírito Santo, confiante que com a divina ajuda não*

⁶⁰ *Commentaria in Evangelia S. Matthaei et S. Joannis, I, Taurini 1925, 19*

⁶¹ *S Th., III, q. 28, a. 4*

⁶² *Suppl., q. 64, a. 4 in c*

⁶³ *Suppl., q. 64, a. 4 in c*

*chegaria à união sexual, embora deixando isto na vontade divina. Decorre, portanto, que a sua virgindade não teve nenhum prejuízo*⁶⁴. Maria *“sabe que Deus tem sobre ela todo direito e que é desejo profundo de José que ela seja toda de Deus. Agir desta maneira em relação a José não é falta de delicadeza, mas sinal de confiança. Deus deve sempre estar em primeiro lugar, e esta é a própria vontade de José, de outra maneira ele não seria o esposo de Maria*⁶⁵.

O direito à união sexual dos cônjuges, quando consentido por eles, é o direito de uso de um bem próprio, mas o vínculo conjugal não é dissolvido pela decisão consensual de abster-se perpetuamente do uso do matrimônio. Por isso, Agostinho afirma que em virtude do consentimento de Maria e de José *“não se deve negar que sejam marido e mulher aqueles que não se unem carnalmente, mas se unem com os corações*⁶⁶. Esta posição de Agostinho serve muito bem para apresentar o modelo dos Santos Esposos aos casais, *“Para que não considerem importante a união dos corpos, a ponto de não se considerarem esposos sem essa, mas preferencialmente que os cônjuges cristãos aprendam que estes estarão unidos tanto mais*

⁶⁴ S. Th., III, q. 29, a 1 ad 1

⁶⁵ M.D.Phillippe, in C. Sauvè, *Le Mystère de Joseph*, Nice 1978, IX

⁶⁶ Agostinho, *Sermo 51, 13,21:PL 38,344*

*intimamente a Cristo, quanto mais puderem imitar os pais de Cristo*⁶⁷.

Para Tomás de Aquino o *“matrimônio não consiste essencialmente no ato sexual, mas na união do marido e da mulher em ordem ao ato sexual e a todos os outros compromissos que compete a ambos, enquanto lhes vem dado o domínio recíproco a respeito àquele ato. Ora, esta união é chamada união conjugal. Por isso, tem razão quem diz consentir ao matrimônio é consentir à união sexual de maneira não explícita, mas implícita*⁶⁸. Se tivermos em consideração o conceito do matrimônio que Santo Tomás tem caracterizado como a *“indivisível união das almas”, da “amizade e recíproca doação dos cônjuges”, da “união dos corpos como das almas”,* precisamos então aceitar que o matrimônio de José e Maria, querido e preparado pelo próprio Deus para a encarnação de seu Filho, possui a máxima afinidade entre eles. Assim, compreendemos que a validade do voto absoluto de Maria, teve o mútuo consentimento, e por isso, envolveu evidentemente São José.

De fato, Santo Tomás defendeu claramente que Maria *“depois do matrimônio, por vontade comum, junto com seu esposo, emitiu o voto de virgindade*⁶⁹. Se

⁶⁷ Agostinho, *Contra Faustum*, 23,8:PL 42,471

⁶⁸ *Suppl.*, q. 48, a.1.in c

⁶⁹ *S. Th.*, III, q.28, a.4 ad 3

Deus pensou com tanto amor em Maria para a mãe do Redentor, isso não foi de nenhuma maneira independentemente de seu casamento virginal com José. Deus jamais pensou em José senão para Maria e para o seu divino Filho que devia nascer virginalmente neste matrimônio. *“Maria foi criada, formada, adornada por Deus com todas as virtudes em vista de José, ao mesmo tempo que em vista a Jesus. Jamais duas criaturas foram tão bem criadas uma para a outra como Maria e José”*⁷⁰. Se Maria tivesse tido depois do parto de Jesus relações sexuais com São José e tido outros filhos, isto lhe teria sido uma humilhação, e para Santo Tomás *“José deveria ser imputado de presunção máxima, se tivesse ousado contaminar aquela que, por meio da revelação do anjo, sabia ter concebido Deus por obra do Espírito Santo”*⁷¹.

Para explicar a opinião dos *“irmãos de Jesus”*, atribuindo a José um casamento anterior, São Jerônimo esclarece que *“se deve antes de tudo acreditar que José permaneceu virgem, porque não está escrito que ele tenha tido outra mulher e a infidelidade não é atribuída ao santo personagem”*⁷². Para Tomás a objeção de que José teve outros filhos, partindo do texto de Mateus *“sua mãe e seus irmãos...”*(Mt 12,46s), *“não tem*

⁷⁰ C. Sauvè, *Le Mystère de Joseph*, Nice 1978, 79

⁷¹ S. Th, III, q. 28, a. 3 in c

⁷² Jerônimo, *contra Helvidium*, 19; PL 23, 213

nenhum valor porque se acredita que como mãe de Jesus, Maria foi virgem, assim como José, e porque Maria foi confiada a um virgem... Sendo José especial guarda da Virgem e também do Salvador criança, se deve crer que ele foi virgem.... Deus não quis confiar a guarda da mãe virgem a não ser a um virgem, então como teria tolerado que seu esposo não tivesse sido virgem e assim permanecesse?”.

Diante da fundamentação teológica consistentemente dada pelos Padres da Igreja e pelo magistério sobre o casamento de José e Maria, bem como sobre a virgindade de ambos, complementa muito bem o ensinamento de Leão XIII quando diz: *“Se Deus deu José como esposo à Virgem, o deu não apenas para ser companheiro de sua vida, testemunha de sua virgindade e tutor de sua honestidade, mas também para que participasse, por meio do pacto conjugal, de sua excelsa grandeza... e já que entre a Bem-aventurada Virgem e José houve um estreito laço conjugal, não resta dúvida de que àquela altíssima dignidade, pela qual a Mãe de Deus supera grandemente todas as criaturas, José se aproximou o quanto jamais aproximou outra pessoa”⁷³.*

Como é possível harmonizar a identidade de Jesus como *“Filho de Deus”* com aquela que lhe era normalmente atribuída de *“filho de José”*? (Jo 1,45,6,42;

⁷³ Enc. *Quamquam Pluries*

Lc 3,23) Como Jesus podia ser o “filho de Davi” esperado se não foi José quem o gerou, visto ser a sua esposa quem o gerou “por obra do Espírito Santo” (Mt 1,18)? Na verdade, a intenção de Mateus não é a de colocar em evidência a virgindade de Maria, pois os evangelistas não se preocuparam com problemas pessoais de Maria ou de José, mas sim com a pessoa de Jesus, sendo ele apresentado em Lucas com aquela sua transcendência necessária da sua natureza divina, e, portanto, como nascido milagrosamente de Maria virgem e já em Mateus Jesus é apresentado em sua messianidade, como descendente de Davi por meio de José.

Não foi a comunidade judeu-cristã, visto que isso podia criar um intrincado problema, que criou, anunciou ou divulgou a virgindade de Maria; por isso, a concepção virginal de Jesus *“destitui de qualquer fundamento algumas interpretações que entenderam a sua concepção virginal em sentido não físico ou biológico, mas metafórico, designando assim Jesus como um dom de Deus para a humanidade. A mesma coisa se deve dizer para opiniões avançadas de outros para os quais a concepção virginal de Jesus seria apenas um ‘theologoumenon’, ou seja, uma maneira de se exprimir uma doutrina teológica, aquela da filiação divina, ou seja, uma representação mitológica”*⁷⁴.

⁷⁴ João Paulo II, *Allocuzione Del 10 aprile 1996*

Mateus explicita a verdade da concepção virginal de Jesus com o relato da sua genealogia e com o relato do estado civil de José identificando-o como “*filho de Davi*” (Mt 1,20) e também como “*esposo de Maria*” (Mt 1,16); estes dois títulos jurídicos da paternidade de José garantem a Jesus a transmissão do título de “*Cristo*”. O título dado à Maria de “*esposa de José*” está fortemente ressaltado em Mateus e em Lucas (Mt 1,15.18-20.24; Lc 1,27;2,5), mas pouco lembrado na teologia que preferiu dar-lhe os títulos de “*esposa do Espírito Santo*”, “*Esposa do Pai*”, “*Esposa do Filho*”, “*Esposa da Santíssima Trindade*”, “*Esposa da Igreja*”, etc., como muito bem observa Stramare.

Apenas para permanecer em São Tomás, este afirma que o nascimento de Cristo de uma virgem desposada era conveniente para preservá-la da pena da lapidação, para liberá-la da infâmia, para que José lhe fosse de ajuda, para que o testemunho de José garantisse que Cristo nasceu de uma virgem, para tornar mais crível as próprias palavras da Virgem afirmando a sua própria virgindade e para que na pessoa da Mãe do Senhor, casada e virgem, fossem honrados a virgindade e o matrimônio.

Se por um lado a davicidade de Jesus exigia que sua vinda ao mundo se desse no contexto do matrimônio, a sua divindade (seu nome era Emanuel,

palavra que significa Deus conosco), por sua vez, exigia que o seu nascimento excluísse a intervenção do sêmen de um homem. É interessante considerar que Lucas narra a virgindade de Maria antes de narrar a encarnação do Verbo: *“O anjo Gabriel foi enviado a uma virgem desposada com um varão, chamado José, da casa de Davi...”* (Lc 1,26ss). É importante também lembrar que no costume hebraico o casamento acontecia em duas etapas e a primeira fase do casamento, não só já era considerada casamento, mas também não excluía a união sexual, visto que esta era admitida entre os judeus.

Já Mateus é mais enfático ao evidenciar a exclusão do sêmen masculino na concepção de Jesus, a qual é atribuída ao Espírito Santo *“José, filho de Davi, não temas receber Maria, tua mulher, pois o que nela foi gerado vem do Espírito Santo”* (Mt 1,20), e ainda recorre ao texto de Isaías (7,14) utilizando da palavra hebraica *“almah”* (uma jovem mulher)⁷⁵, traduzida para o grego com a palavra *“parthenos”* (virgem). Ao que parece Mateus quer dizer que José não tomou Maria

⁷⁵ *A profecia de Isaías no texto hebraico não anuncia explicitamente o nascimento virginal do Emanuel; o vocábulo usado “almah” significa simplesmente “uma jovem mulher”, não necessariamente uma virgem. Além disso, é sabido que a tradição judaica não propunha o ideal de virgindade perpétua, nem jamais tinha expresso a ideia de uma maternidade virginal (João Paulo II, Allocuzione Del 31 gennaio 1996*

consigo para um casamento comum, pois ele afirma: *“José, ao despertar do sono, agiu conforme o anjo do Senhor lhe ordenara e recebeu em casa sua mulher. Mas não a conheceu até o dia em que ela deu à luz um filho. E ele o chamou com o nome de Jesus”* (Mt 1,24.25).

Alguns códigos traduzem esse relato de Mateus com as palavras *“e viveu santamente com ela”*, indicação contrária a quem possa pensar ou imaginar um argumento contra a virgindade perpétua de Maria, coisa que João Paulo II esclarece dessa maneira: *“Estas palavras indicam ainda outra proximidade sponsal. A profundidade desta proximidade, a intensidade espiritual da união e do contato entre pessoas - do homem e da mulher – provêm, em última análise, do Espírito que dá a vida (Jo 6,63). José, obediente ao Espírito, encontra precisamente nele a fonte do amor, do seu amor sponsal de homem; e este amor foi maior do que aquele ‘homem justo’ poderia esperar, segundo a medida do próprio coração humano”*⁷⁶. O Papa ainda completa com essas palavras: *“Dirigindo-se a José com as palavras do anjo, Deus dirige-se a ele como sendo esposo da Virgem de Nazaré. Aquilo que nela se realizou por obra do Espírito Santo exprime ao mesmo tempo*

⁷⁶ RC 19

uma confirmação especial do vínculo esponsal, que já existia antes entre José e Maria”⁷⁷.

Mateus devia atestar que Jesus era descendente de Davi, mas devia também delinear a identidade de Maria e de José e por isso ele designa Maria como esposa virgem e mãe, mas que concebeu por obra do Espírito Santo. Designa também José como esposo, mas de uma esposa virgem e como pai, mas apenas em virtude do vínculo matrimonial. Afirma que Jesus é descendente de Davi, não obstante tendo sido concebido por obra do Espírito Santo, porque José, filho de Davi, é esposo de Maria. Ressalta ainda a tarefa de José de impor o nome a Jesus, o que comporta o reconhecimento de Jesus como seu filho, resolvendo desta maneira o problema da messianidade de Jesus.

Mas como ele podia conciliar ainda o problema que dizia respeito à messianidade de Jesus com o difuso conhecimento da proveniência de Jesus de Nazaré, embora ele tivesse sido registrado em Belém? João descreve esse questionamento por parte dos judeus: *“Porventura pode o Cristo vir da Galileia? A Escritura não diz que o Cristo será da linhagem de Davi e será de Belém, a cidade de onde era Davi?”* (Jo 7,41.42). João coloca ainda outro questionamento para essa situação: *“Encontramos aquele de quem escreveram Moisés, na Lei e os profetas: Jesus, o filho de José, de Nazaré”* (Jo

⁷⁷ RC 18

1,45). Mateus resolve tudo isso escrevendo que Jesus nasceu em Belém e foi morar em Nazaré depois da perseguição de Herodes e do exílio no Egito e apresenta José como o chefe da Sagrada Família.

Toda essa ação humilde e serviçal de José em companhia de sua esposa e de Jesus, proporcionou de maneira particular, os meios necessários para que Maria pudesse realizar com perfeição a sua vocação dada por Deus. De fato, como afirma Sauv , *“Maria deve a José ela poder, por meio da virgindade de seu matrimônio, dar   luz ao filho de Deus encarnado. Maria está consciente, acima de tudo, de ser devedora a José de sua honra e de sua vida, pois sem ele, como observa Jerônimo, ela poderia ter sido lapidada. Ela era devedora para com ele de tantos favores que recebia todo instante. Mas ela era infinitamente mais consciente de dever-lhe o próprio Jesus, o qual pode ser concebido virginalmente por ela graças à virgindade de São José,   sombra de seu angélico matrimônio. E deste divino filho do qual ela era devedora, o devia ainda a ele porque, segundo no plano de Deus sem José ele teria sido morto por Herodes, a não ser por um milagre, e uma vez salvo da morte, esta vida infinitamente preciosa era todos os dias alimentada pelo seu trabalho e consolada pelo seu amor”*⁷⁸.

⁷⁸ C. Sauv , *Le Myst re de Joseph*, Nice 1978, 91.256

Em suma, a paternidade de São José está estritamente ligada à encarnação de Jesus, e, portanto, na realização do desígnio de Deus ela é incontestável. A quem por ventura fizesse objeção de que a genealogia de Mateus não devia seguir José, Agostinho responde: *“Por que não devia ser através José? Não era José o marido de Maria? A Escritura afirma que ele era o marido. É-lhe ordenado de impor o nome à criança, mesmo que não nasceu de sua semente...”*. *“A Escritura afirma, por meio da autoridade angélica, que ele era o marido. `Não temas, diz, receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo`. E é-lhe mandado que imponha o nome ao menino, se bem que não seja nascido do seu sêmen. Aí se diz, ainda: `Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus`. A Escritura sabe que Jesus não nasceu do sêmen de José; e porque ele mostra preocupação quanto à origem da gravidez dela (Maria), é dito: provém do Espírito Santo. E, todavia, não lhe é tirada a autoridade paterna, uma vez que lhe é ordenado que seja ele a dar o nome ao menino. Por fim, também a própria Virgem Maria, bem consciente de não ter concebido Cristo da união conjugal com ele, chama-o apesar disso pai de Cristo”*⁷⁹. Agostinho não só não aceita que a ausência da concupiscência da carne seja motivo para excluir José da paternidade de Jesus, mas

⁷⁹ RC 7

mais ainda; que a maior pureza de Maria confirma a sua paternidade. De fato, Maria não colocou à frente o seu nome, mas aquele do marido quando disse a Jesus: *“Olha que teu pai e eu, aflitos, te procurávamos”* (Lc 2,48).

Jesus esteve em comunhão com o Espírito Santo desde o instante de sua encarnação, pois ele se encarnou no seio da Virgem Maria por obra do Espírito Santo. Esta verdade foi proclamada pela Igreja, conforme nos lembra o Símbolo Nicenoconstantinopolitano. A Palavra de Deus nos ensina que o Espírito Santo desceu sobre Maria: *“O Espírito Santo virá sobre ti, e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra”* (Lc 1,35), e confirma esta verdade a José: *“José, filho de Davi, não temas receber Maria, tua mulher, pois o que nela foi gerado vem do Espírito Santo”* (Mt 1,20). De fato, a concepção e o nascimento de Jesus Cristo são a maior obra realizada pelo Espírito Santo na história da criação e da salvação e com ela realizou-se a união hipostática, ou seja, a divindade e a humanidade se uniram na única Pessoa do Verbo-Filho.

Na ótica de Mateus a intervenção do Espírito Santo no seio de Maria justifica a exclusão da geração física de Jesus por parte de José, o qual está presente na genealogia para justificar a descendência davídica de Jesus. Já Lucas tem a intenção, invés, de evidenciar a

origem divina de Jesus, Filho do Altíssimo. Em todos os dois textos, seja em Mateus ou em Lucas, a presença do Espírito Santo ressalta a ação divina que doa a vida e que a fecunda, ou seja, ressalta que a concepção de Maria não se deu por obra de um homem, mas por uma intervenção divina. Não se trata de afirmar que o Espírito Santo substitui o homem na função de fecundar. Por isso, o Concílio Toletano XI declarou que não se deve afirmar, pelo motivo que Maria concebeu por obra do Espírito Santo, que o Espírito Santo seja o Pai do Filho, a fim de não se afirmar dois pais do Filho⁸⁰.

Mas se não se pode dizer que o Espírito Santo é instrumento de Cristo segundo a humanidade, então por que é atribuída a ele a concepção de Cristo, como ensina Lucas? A esse questionamento Santo Tomás responde que *“a concepção do corpo de Cristo foi obra de toda a Trindade porque o Espírito Santo é o amor entre o Pai e o Filho e, portanto, o assumir a carne da parte do Filho no seio de Maria, provém do imenso amor de Deus, pois Deus amou tanto o mundo que enviou o seu Filho unigênito”*. A encarnação do Filho de Deus se deu por obra do Espírito Santo e, portanto, de sua parte o nascimento de Cristo foi milagroso, enquanto que por parte e Maria, a Mãe, esse nascimento foi natural, conforme o pensamento de Santo Tomás. Contudo, o Cristo enquanto nasceu como

⁸⁰ DS 533

homem de uma mulher, é superior a nós, conforme também o pensamento de Santo Tomás, porque com o seu nascimento por obra do Espírito Santo e a concepção por parte de Maria, teve o privilégio de estar sem o pecado original, de ter por finalidade não um simples homem, mas o Homem-Deus e de ser virginal, e estes três privilégios Maria os teve do Espírito Santo.

Por isso Santo Tomás, citando Damasceno lembra que *“Cristo em seu nascimento se conformou a nós, nascendo como homem, de uma mulher e no tempo exigido depois da concepção; é, contudo, superior a nós enquanto nasceu não do sêmen, mas do Espírito Santo e da santa Virgem ‘super legis conceptionis’.* Por isso, da parte da mãe tal nascimento foi natural, mas da parte da ação do Espírito Santo foi milagroso”⁸¹.

Santo Tomás se pronuncia sobre a concepção virginal de Jesus no seio de Maria como teólogo e não como cientista, vendo o princípio ativo desta concepção na ação do Espírito Santo. Esse princípio ativo foi a virtude sobrenatural de Deus, enquanto que a matéria com a qual foi concebido o corpo de Cristo foi igual à matéria que todas as mulheres oferecem para a concepção do próprio filho. Nesse sentido, se salvaguarda a verdadeira e natural maternidade de Maria, tendo ela oferecido a matéria, pois segundo se acreditava, o sêmen do homem não tinha a função de

⁸¹ S.Th., III, q.35, a.3 ad 2

matéria na concepção física, mas era apenas o princípio ativo, enquanto a mulher oferecia a matéria.

Para Tomás, Maria virgem não teve nenhuma função ativa na concepção de Cristo, apenas ofereceu a matéria; contudo, Maria agiu ativamente antes da concepção, preparando a matéria para a concepção. Em outras palavras se diz que por parte de Maria mãe, o nascimento de Jesus foi natural e por parte da ação do Espírito Santo foi milagroso. O fato milagroso de Maria ter concebido sem a presença do sêmen de José só pode ser explicado por meio da potência divina que operou sobre o elemento genético materno sem com isso lesar a natureza humana de Cristo, afirma Stramare⁸².

A misteriosa concepção virginal operada em Maria faz com que ela seja a “*plena de graça*” porque a união hipostática do Filho de Deus com a natureza humana se realizou nela, e esta realidade é a fonte de toda a sua excepcional santidade e de sua especial participação na economia da salvação, pois Deus atuou

⁸² *Naquele tempo não se tinha o conhecimento de que a sinergia dos dois sexos, em virtude da concepção da prole, estava na complementação dos respectivos cromossomos, por isso se acreditava que a matéria que oferecia a concepção do corpo era o sangue da mulher. Dessa forma, Maria é mãe verdadeira e mãe natural de Cristo. De fato, o corpo de Cristo saiu da Virgem, formado do seu puríssimo sangue, ex purissimis sanguinibus, como afirma Santo Tomás.*

nela com a graça santificante superior àquela de todos os santos. Basta analisar o documento pontifício que definiu o dogma da Imaculada Conceição de Maria para se aperceber que o ponto de partida para proclamar a santidade de Maria é para a *“honra do Senhor”*. Deus, antes dos séculos escolheu e predestinou ao seu Filho uma Mãe, na qual ele se encarnaria e que na plenitude dos tempos nasceria (Gl 4.4). Era, pois, conveniente que a virgem Mãe fosse resplandecente da mais perfeita santidade e totalmente imune da mancha da culpa original.

À Maria, Deus tinha disposto dar o seu Filho Unigênito, gerado em seu ventre, igual a si mesma e amado como a si mesma, de tal maneira que ele fosse por natureza, Filho único de Deus Pai e da Virgem. Daqui eis a preferência de Deus por Maria acima de todas as criaturas. Deus a plenificou, acima de todos os anjos e santos com as riquezas de todos os dons celestes do tesouro de sua divindade. Por isso, *“Maria está presente no mistério de Cristo ‘antes da criação do mundo’, como aquela que o Pai escolheu como Mãe de seu Filho na encarnação, e juntamente com o Pai, o Filho a escolheu, confiando-a eternamente ao Espírito Santo”*⁸³.

⁸³ *Redemptoris Mater* 8

F- O Espírito Santo e São José

Mateus coloca José diante da maternidade divina de Maria descrevendo que ela concebeu em seu seio por obra do Espírito Santo (Mt 1.18.20) e que José não a conheceu (Mt 1,25). Lucas explicita que Maria não conhecia homem (Lc 1,34) e que a virtude do Espírito Santo a cobriria (Lc 1.35). Contudo, a obra do Espírito Santo na concepção de Jesus, supõe a participação de São José em relação a Maria, que é sua esposa⁸⁴. Ao mesmo tempo, a virgindade de Maria é uma exigência na obra da encarnação; ela é, como ensinam os Padres da Igreja, uma exigência decorrente da natureza divina do Filho. A presença de São José como esposo não pode ser esquecida dentro do quadro da encarnação visto que esta se realizou com Maria desposada com José (Mt 1,18; Lc 1,27). A Igreja esteve atenta para não esquecer a presença do Espírito Santo na obra da encarnação ensinando que o Filho único do Pai *“se fez homem por um milagre incompreensível por obra do Espírito Santo e da Virgem Maria, sem o sêmen humano”*⁸⁵. O Símbolo Toletanum I no ano 400, ensina que *“O Filho de Deus, nascido antes de qualquer início, santificou o seio da bem-aventurada Virgem Maria e dela assumiu um*

⁸⁴ T Stramare, *La Verginità di San Giuseppe*, in *Tabor* 50 (1996) 4-12

⁸⁵ DS 62-62

*verdadeiro homem, gerado sem o sêmen do homem*⁸⁶. O Concílio Lateranense no ano 649 ensina que *“Se alguém não professar, de acordo com os santos Padres, no sentido próprio e verdadeiramente geradora de Deus a santa sempre Virgem intacta Maria, já que ela em sentido próprio, e verdadeiramente nos últimos tempos concebeu sem o sêmen, mas pelo Espírito Santo... seja condenado*⁸⁷.

Todas estas profissões de fé ou declarações do magistério ensinam a virgindade de Maria e a exclusão do sêmen masculino, ou seja, de São José, e indicam uma concepção milagrosa. Está claro para a Igreja a concepção virginal de Maria, contudo, não deixou de existir os que querendo demitizar os relatos evangélicos, como alguns estudiosos⁸⁸, ou até mesmo o Catecismo Holandês do ano de 1966, ensinaram que José manteve relações sexuais com Maria. Foi desse parecer também o conhecido teólogo E. Schillebeeckx, para o qual sendo Jesus verdadeiro homem, ele nasceu *“de um casal de gênero humano*⁸⁹.

⁸⁶ DS 189

⁸⁷ DS 503

⁸⁸ X. Pikaza, *Los origines de Jesús: ensayos de cristología bíblica*, Salamanca, 1972, 229

⁸⁹ E Schillebeeckx, *Gesù, La storia di un vivente*, Queriniana Brescia 1976, 538

A intenção desses teólogos se apresentaram como de interesse pastoral para a família e os casais, e chegaram até a afirmar que o Espírito Santo conservou por gerações, até José, o sêmen davídico, transferindo depois virginalmente um espermatozoide que fecundou o óvulo materno de Maria e assim inseriu o homem na obra redentora, e este sêmen davídico conservado de geração em geração seria o de José, e assim José seria o verdadeiro pai virginal de Jesus. Esta não é a posição da Igreja, portanto, é preciso tomar cuidado com tais declarações e precisa não se esquecer os erros de ótica cristológica ocorridos no passado como, por exemplo os ensinamentos de Nestório, de Paulo de Somosata, de Ebião, etc., reduzindo Jesus a um homem comum. Jesus é o Filho de Deus, pois Maria *“não concebeu um homem, nem uma humanidade que o Verbo assumiu, mas ela concebeu imediatamente o Verbo enquanto este faz para si o nascimento humano, nascimento que fundamenta a geração humana e física. A maternidade divina não é uma maternidade que começa humanamente e que termina divinamente..., mas esta é em primeiro lugar a divina, como divina é a concepção de Cristo vista ontologicamente”*⁹⁰. Esta é a posição perfeitamente consonante com o magistério da Igreja o

⁹⁰ H. M. Manteau-Bonamy, *Maternité divine et incarnation. Étude historique et doctrinale de Saint Thomas à nos jours*, Paris 1949,112

qual ensina que *“Se alguém diz ou supõe que o corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo foi antes formado no seio da santa Virgem e depois foram unidos a ele, o Verbo e a alma, como preexistentes, seja condenado”*⁹¹.

É preciso aceitar que no mistério da encarnação não houve uma ascensão, como se a criatura preexistente pudesse se elevar até à dignidade da união (hipostática), opinião esta do herético Fotino. Mas, ao invés, deve ser considerada como uma descida, enquanto o Verbo de Deus, perfeito, tomou a imperfeição da nossa natureza⁹². Portanto, deve-se partir do ponto mais alto, como nos apresenta João em seu evangelho: *“No princípio era o Verbo e o Verbo estava em Deus e o Verbo era Deus... e o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e nós vimos a sua glória”* (Jo 1,1,14).

⁹¹ Vigilius, a. 543, *Anathematismi contra Origenem*, DS 405

⁹² G. Di Agresti, *La Somma Teologica*, pg 28

Índice

Apresentação	3
Introdução	5
São José no Mistério da salvação	11
A- Uma justa consideração sobre São José	11
B- São José na visão dos Evangelistas	14
C- São José na visão dos Apócrifos	20
D- São José na visão dos Padres da Igreja	24
E- São José na visão dos Papas e Magistério da Igreja	31
F- São José no culto e na liturgia	45
G- São José cultuado nas Instituições Religiosas e países	49
H- São José honrado nas devoções populares	57
São José nas considerações teológicas	60
A- São José fiel vocacionado	60
B- São José descendente de Davi que transmitiu a descendência davídica a Jesus	64
C- São José esposo de Maria	71
D- São José pai de Jesus	75
E- José e Maria viveram a virgindade matrimonial	84
F- O Espírito Santo e São José	103

Biografia

1. Benvenuto, Micardi - *Un Uomo silenzioso Giuseppe, Edizione Joseph - 1982*
2. Bertolin, José Antonio - *São José, aquele que exprimiu as perfeições de Deus na terra, CEJM -2017*
3. Stramare, Tarcisio - *San Giuseppe nella Sacra Scrittura nella Teologia e nel Culto, Edizione Piemme - 1983*
4. Stramare, Tarcisio - *San Giuseppe dai Padri della Chiesa agli Scrittori ecclesiastici fino a San Bernardo, Editrice Dominicana Italiana - 2000*
5. Stramare, Tarcisio - *San Giuseppe nel Mistero di Cristo e della Chiesa, Edizione Piemme - 1984*
6. Stramare, Tarcisio - *Maria sposa di Giuseppe donna perfetta, Editrice Fontana di Nazareth - 1992*
7. Stramare, Tarcisio - *San Giuseppe nella Storia della Chiesa, Elle Di Ci -1993*